



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Cargo ou Função
0720190019906

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

PAULO RICARDO ANDRADE DE AZEVEDO DE ALMEIDA

Título profissional: **Engenheiro Civil**

RNP: **0714540072**

Registro: **22550/D-DF**

2. Dados do Contrato

Contratante: **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA**

CPF/CNPJ: **16.597.211/0001-93**

QC 1 Conjunto H

Número: 01

Bairro: Santa Maria

CEP: 72535-080

Cidade: Brasília

UF: DF

Complemento: LOTE

E-Mail: **gab@santamaria.df.gov.br**

Fone: (61)33928410

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

3. Vínculo Contratual

Unidade Administrativa: **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA**

QC 1 Conjunto H

Número: 01

Bairro: Santa Maria

CEP: 72535-080

Cidade: Brasília

UF: DF

Complemento: LOTE

Data Início: 29/03/2019

Previsão término: 31/12/2019

Tipo de Vínculo: Servidor público

Identificação do cargo/função: **COORDENADOR COLOM**

4. Atividade Técnica

Desempenho de Cargo Técnico

40,0000

hora por semana

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

Acessibilidade: Sim: Declaro atendimento às regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

SENGE-DF

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site: www.creadf.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



www.creadf.org.br
informacao@creadf.org.br
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619



8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

BRASILIA, 29 de **MARÇO** de 2019
Local **Eng. Paulo Almeida**

Coordenador - COLOM

PAULO RICARDO ANDRADE DE AZEVEDO DE ALMEIDA
034.560.661-20

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - CPF/CNPJ:
16.597.211/0001-93

Miro Gomes

Administrador de Santa Maria

Valor da ART: R\$ 85,96

Registrada em: 29/04/2019 R\$ 85,96

Nosso Número/Baixa: 0119015834

Matrícula: 1.689.299-2

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000008497928
INICIAL
EQUIPE - RRT PRINCIPAL**Documento válido somente se acompanhado do comprovante de pagamento****Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010:**

Art. 47. O RRT será efetuado pelo profissional ou pela pessoa jurídica responsável, por intermédio de seu profissional habilitado legalmente no CAU. Art. 48. Não será efetuado RRT sem o prévio recolhimento da Taxa de RRT pela pessoa física do profissional ou pela pessoa jurídica responsável. Art. 50. A falta do RRT sujeitará o profissional ou a empresa responsável, sem prejuízo da responsabilização pessoal pela violação ética e da obrigatoriedade da paralisação do trabalho até a regularização da situação, à multa de 300% (trezentos por cento) sobre o valor da Taxa de RRT não paga corrigida, a partir da autuação, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido este montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação do pagamento. * O documento definitivo (RRT) sem a necessidade de apresentação do comprovante de pagamento, poderá ser obtido após a identificação do pagamento pela compensação bancária.

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: MARCO ANTÔNIO VAZ JUNIOR

Registro Nacional: A21492-2

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Documento de identificação: 00037457000170

Contrato: SEI 00143-00000754/2019-16

Valor Contrato/Honorários: R\$ 347.282,48

Tipo de Contratante: Órgão Público

Celebrado em: 18/07/2019

Data de Início: 01/10/2019

Previsão de término: 01/12/2019

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

Endereço: QUADRA 218

Nº: 218

Complemento: Locais Diversos da Santa Maria Norte e Sul

Bairro: SANTA MARIA

UF: DF

CEP: 72548500

Cidade: SANTA MARIA

Coordenadas Geográficas: Latitude: -29.690819999999974

Longitude: -53.801039999999944

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Grupo de Atividade: 1 - PROJETO

Subgrupo de Atividade: 1.7 - RELATÓRIOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA

Atividade: 1.7.3 - Orçamento

Quantidade: 1,00

Unidade: un

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

5. DESCRIÇÃO

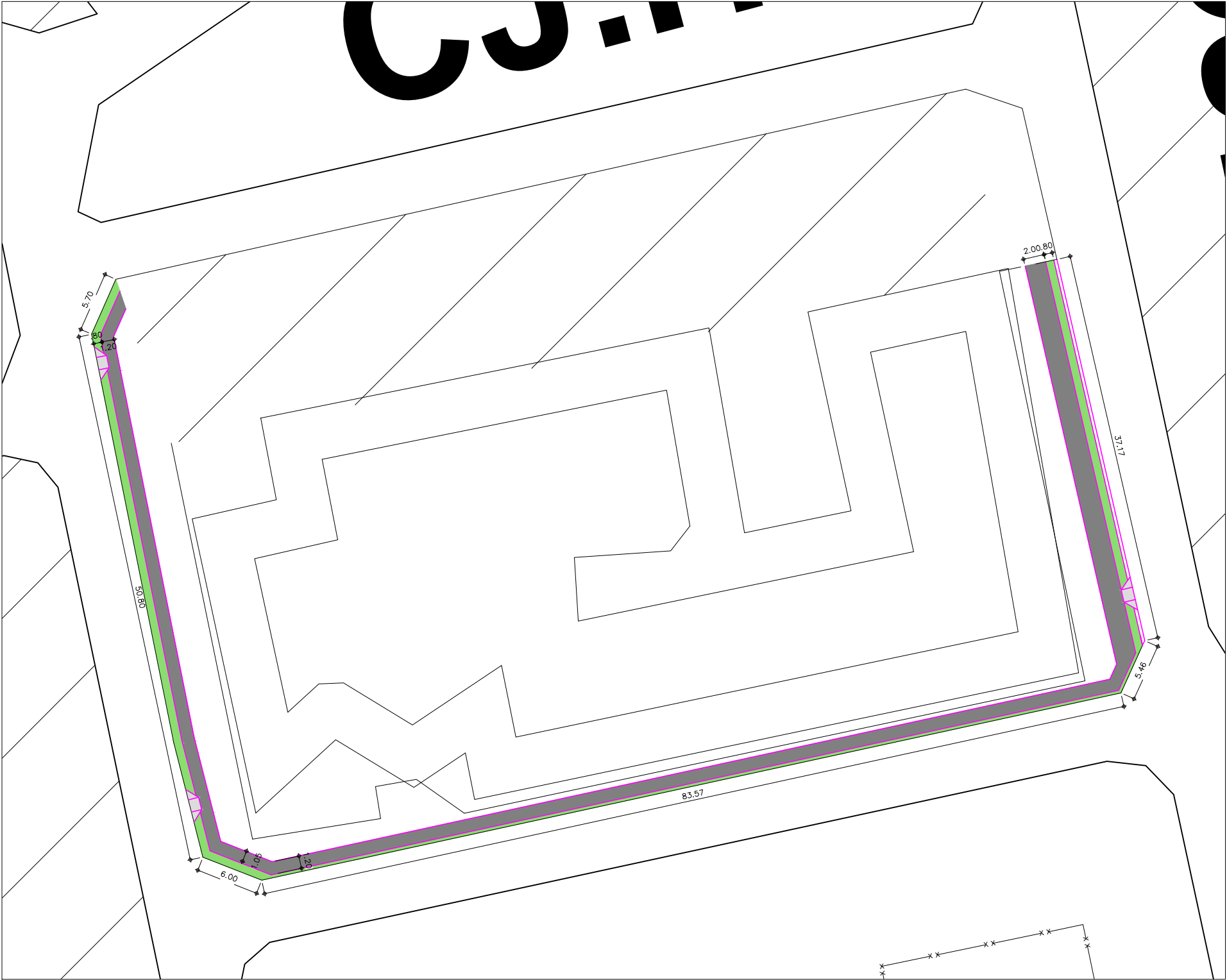
Obs.: IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE (SSN 092/19 com DESONERAÇÃO = R\$ 357.488,94) e (SSN 093/19 sem DESONERAÇÃO = R\$ 347.282,48). Quantitativos obtidos pelos Projetos fornecidos pela COLOM (Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção) Administração Regional de Santa Maria - RA XIII-SEI 00143-00000754/2019-16 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações).

6. VALOR

Total Pago:

R\$ 0,00

Atenção: Este Item 6 será preenchido automaticamente pelo SICCAU após a identificação do pagamento pela compensação bancária. Para comprovação deste documento é necessária a apresentação do respectivo comprovante de pagamento



PLANTA DE LOCAÇÃO CALÇADAS - SEM ESCALA



PLANTA DE SITUAÇÃO - SEM ESCALA

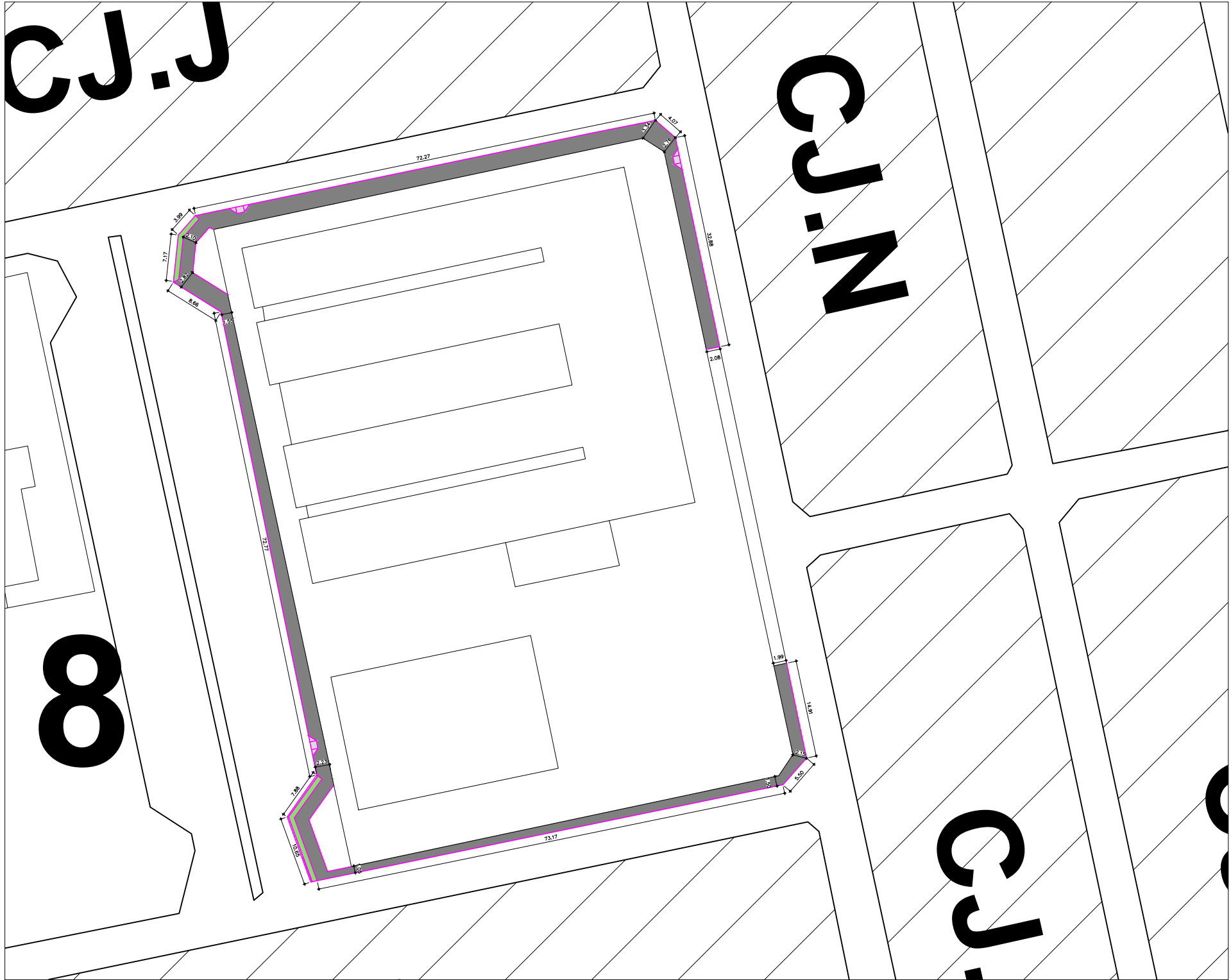
LEGENDA - CONSTRUÇÃO

(ESCOLA JARDIM DE INFANCIA 116 - SANTA MARIA QR 116)

QUADRO DE ÁREAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADAS	377.4 M²
	RAMPAS	03 UNIDADE
	MEIO FIO	37.17M
	PLANTIO DE GRAMA	103.41M²



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - COLOM	
COORDENADOR: PAULO RICARDO ANDRADE	CREA: 22550-D/DF
COLABORADORES: MARIA ELISA PIMENTA SANTOS	
CALÇADAS ESCOLAS	
LOCAL: ESCOLA JARDIM DE INFÂNCIA 116 - SANTA MARIA QR 116	
ESCALA: INDICADA	



PLANTA DE LOCAÇÃO CALÇADAS - SEM ESCALA



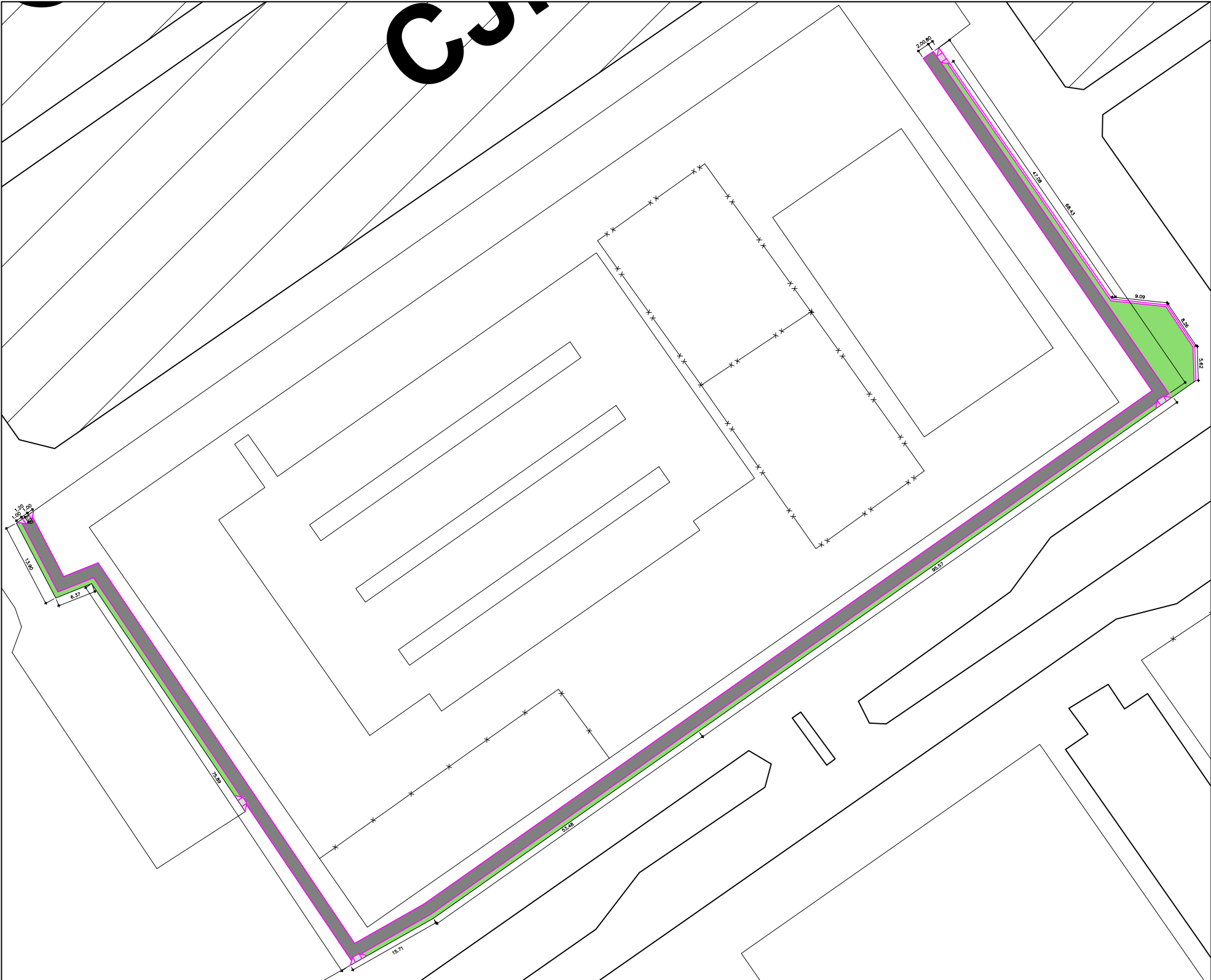
PLANTA DE SITUAÇÃO - SEM ESCALA

LEGENDA - CONSTRUÇÃO (ESCOLA CLASSE 218 - SANTA MARIA QR 218)

QUADRO DE ÁREAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADAS	600M²
	RAMPAS	03 UNIDADE
	MEIO FIO	18.53M
	PLANTIO DE GRAMA	25.64M²



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - COLOM	
COORDENADOR: PAULO RICARDO ANDRADE	CREA: 22550-D/DF
COLABORADORES: MARIA ELISA PIMENTA SANTOS	
CALÇADAS ESCOLAS	
LOCAL: ESCOLA CLASSE 218 - SANTA MARIA QR 218	
ESCALA: INDICADA	



PLANTA DE LOCAÇÃO CALÇADAS - SEM ESCALA



PLANTA DE SITUAÇÃO - SEM ESCALA

LEGENDA - CONSTRUÇÃO (CENTRO DE ENSINO FUNDAMETAL 308 - CL 308)

QUADRO DE ÁREAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADAS	658.96M²
	RAMPAS	05 UNIDADE
	MEIO FIO	60.96M
	PLANTIO DE GRAMA	328.72M²



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - COLOM	
COORDENADOR: PAULO RICARDO ANDRADE	CREA: 22550-D/DF
COLABORADORES: MARIA ELISA PIMENTA SANTOS	
CALÇADAS ESCOLAS	
LOCAL: CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 308 - SANTA MARIA CL 308	
ESCALA: INDICADA	



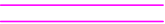


PLANTA DE LOCAÇÃO CALÇADAS - SEM ESCALA



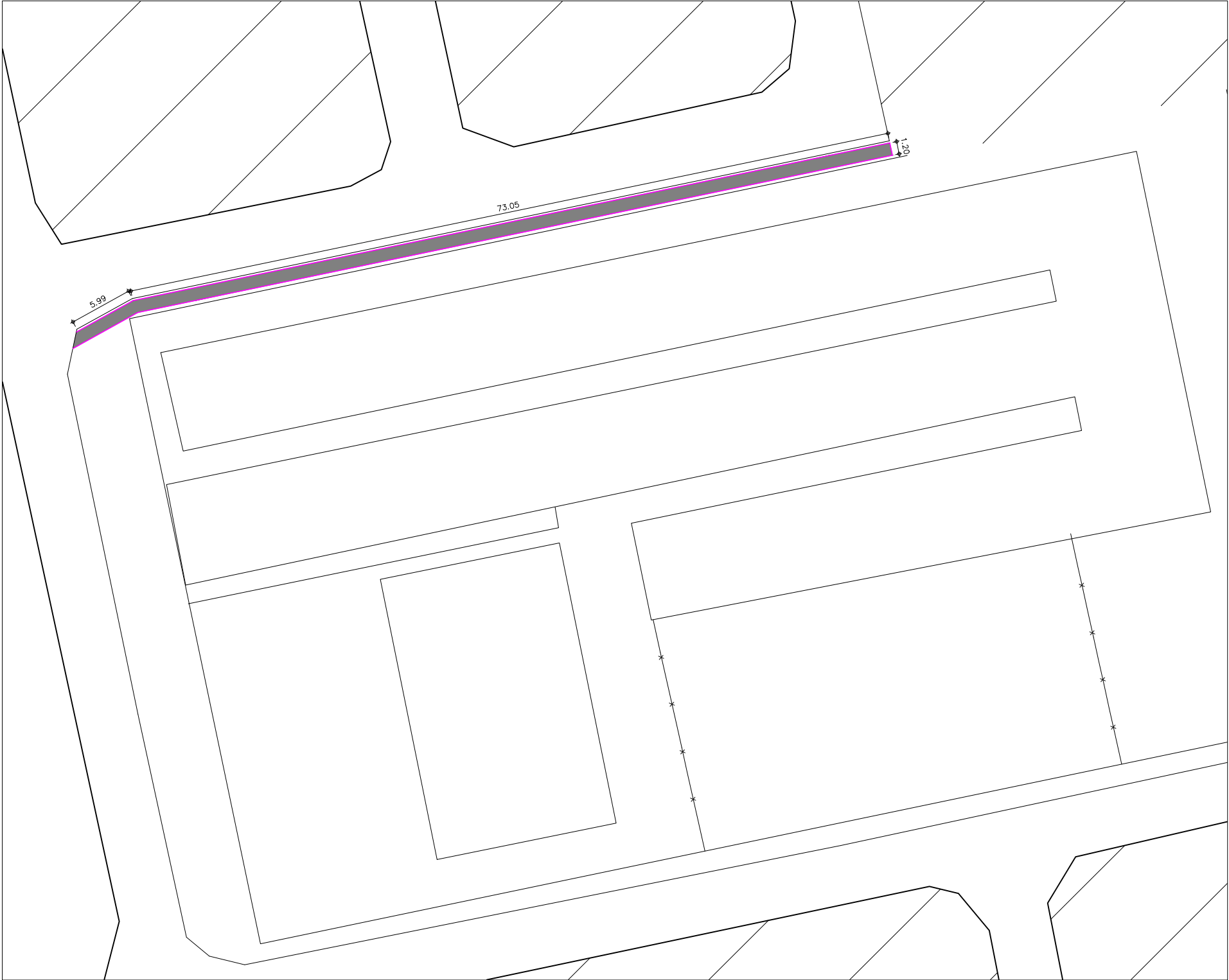
PLANTA DE SITUAÇÃO - SEM ESCALA

LEGENDA - CONSTRUÇÃO (CENTRO DE ENSINO MÉDIO 417 - SANTA MARIA CL 417)

QUADRO DE ÁREAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADAS	122.54 M²
	RAMPAS	X
	MEIO FIO	X



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - COLOM	
COORDENADOR: PAULO RICARDO ANDRADE	CREA: 22550-D/DF
COLABORADORES: MARIA ELISA PIMENTA SANTOS	
CALÇADAS ESCOLAS	
LOCAL: CENTRO DE ENSINO MÉDIO 417 - SANTA MARIA CL 417	
ESCALA: INDICADA	



PLANTA DE LOCAÇÃO CALÇADAS - SEM ESCALA



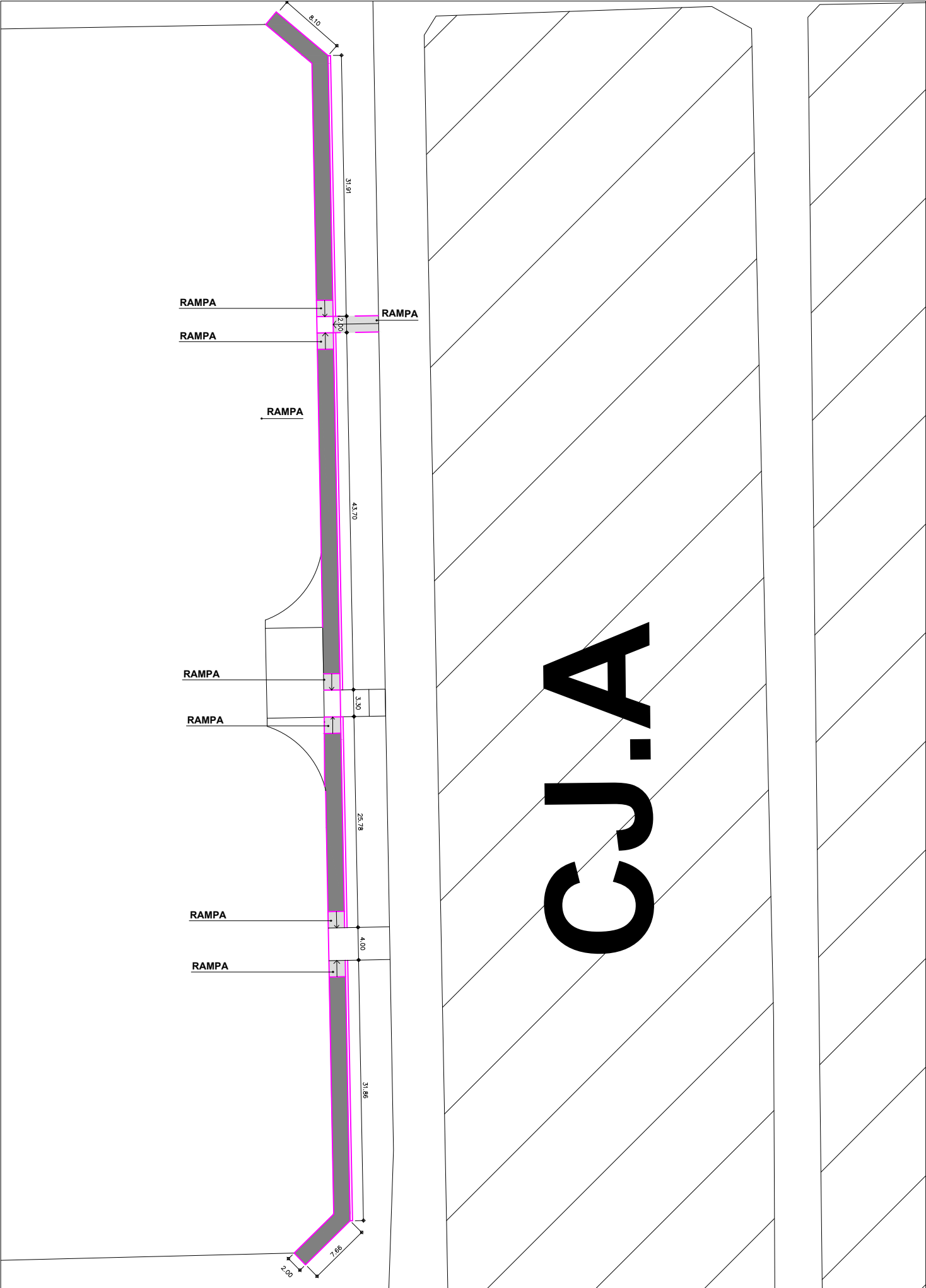
PLANTA DE SITUAÇÃO - SEM ESCALA

LEGENDA - CONSTRUÇÃO (ESCOLA CLASSE 116 - SANTA MARIA QR 116)

QUADRO DE ÁREAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADAS	93.62 M²
	RAMPAS	X
	MEIO FIO	X



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - COLOM	
COORDENADOR: PAULO RICARDO ANDRADE	CREA: 22550-D/DF
COLABORADORES: MARIA ELISA PIMENTA SANTOS	
CALÇADAS ESCOLAS	
LOCAL: ESCOLA CLASSE 116 - SANTA MARIA QR 116	
ESCALA: INDICADA	



PLANTA DE LOCAÇÃO CALÇADAS - SEM ESCALA



PLANTA DE SITUAÇÃO - SEM ESCALA

LEGENDA - CONSTRUÇÃO (ESCOLA CL 203 - CL 203)

QUADRO DE ÁREAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADAS	312,62M²
	RAMPAS	07 UNIDADE
	MEIO FIO	133,25M



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - COLOM	
COORDENADOR: PAULO RICARDO ANDRADE	CREA: 22550-D/DF
COLABORADORES: MARIA ELISA PIMENTA SANTOS	
CALÇADAS ESCOLAS	
LOCAL: ESCOLA CL 203 - SANTA MARIA CL 203	
ESCALA: INDICADA	



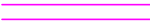


PLANTA DE LOCAÇÃO CALÇADAS - SEM ESCALA



PLANTA DE SITUAÇÃO - SEM ESCALA

LEGENDA - CONSTRUÇÃO (ESCOLA EVANGELICA RECANTO DO CÉU - CL 302)

QUADRO DE ÁREAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADAS	242.88M²
	RAMPAS	02 UNIDADE
	MEIO FIO	X



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - COLOM	
COORDENADOR: PAULO RICARDO ANDRADE	CREA: 22550-D/DF
COLABORADORES: MARIA ELISA PIMENTA SANTOS	
CALÇADAS ESCOLAS	
LOCAL: CENTRO EVANGELICA RECANTO DO CÉU - SANTA MARIA CL 302	
ESCALA: INDICADA	



PLANTA DE LOCAÇÃO CALÇADAS - SEM ESCALA



PLANTA DE SITUAÇÃO - SEM ESCALA

LEGENDA - CONSTRUÇÃO (CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 316 - SANTA MARIA CL 316)


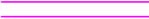

QUADRO DE ÁREAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADAS	355M²
	RAMPAS	02 UNIDADE
	MEIO FIO	X
	PLANTIO DE GRAMA	141.29M²



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - COLOM	
COORDENADOR: PAULO RICARDO ANDRADE	CREA: 22550-D/DF
COLABORADORES: MARIA ELISA PIMENTA SANTOS	
CALÇADAS ESCOLAS	
LOCAL: CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 316 - SANTA MARIA QR 316	
ESCALA: INDICADA	



LEGENDA - CONSTRUÇÃO (CENTRO EDUCACIONAL EXPOENTE - CL 307)

QUADRO DE ÁREAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADAS	628,82M²
	RAMPAS	02 UNIDADE
	MEIO FIO	X
	PLANTIO DE GRAMA	291.01M²



PLANTA DE LOCAÇÃO CALÇADAS - SEM ESCALA



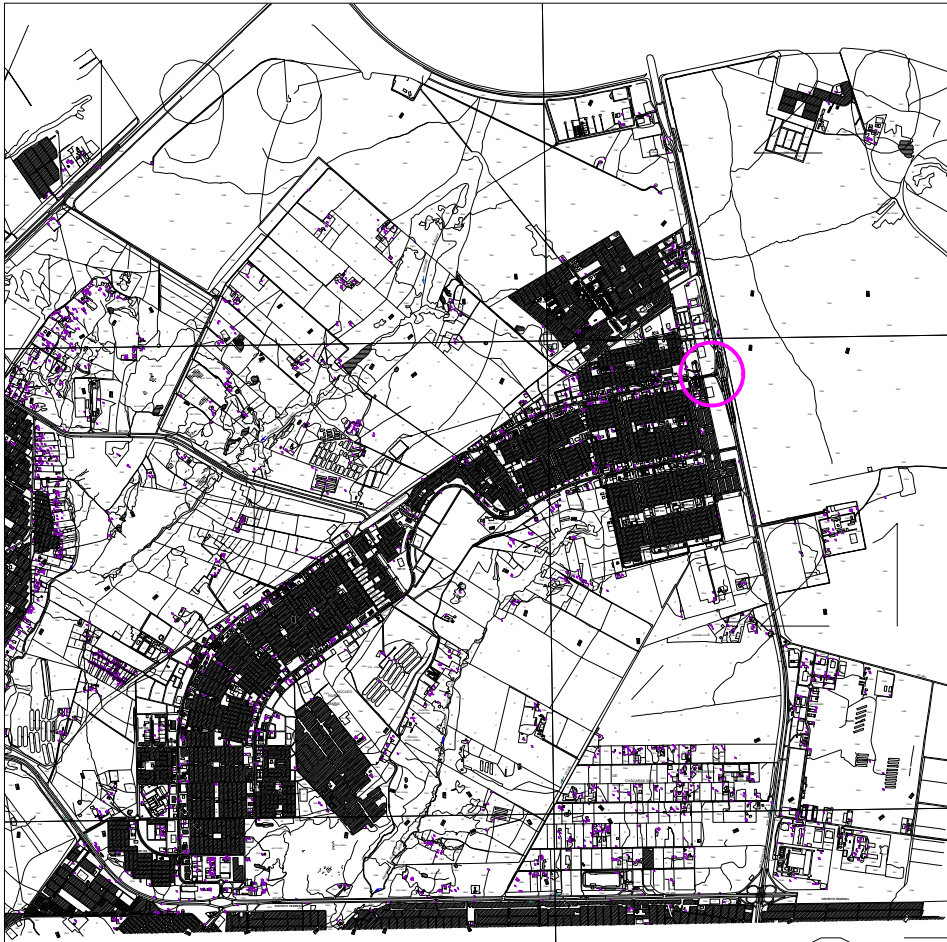
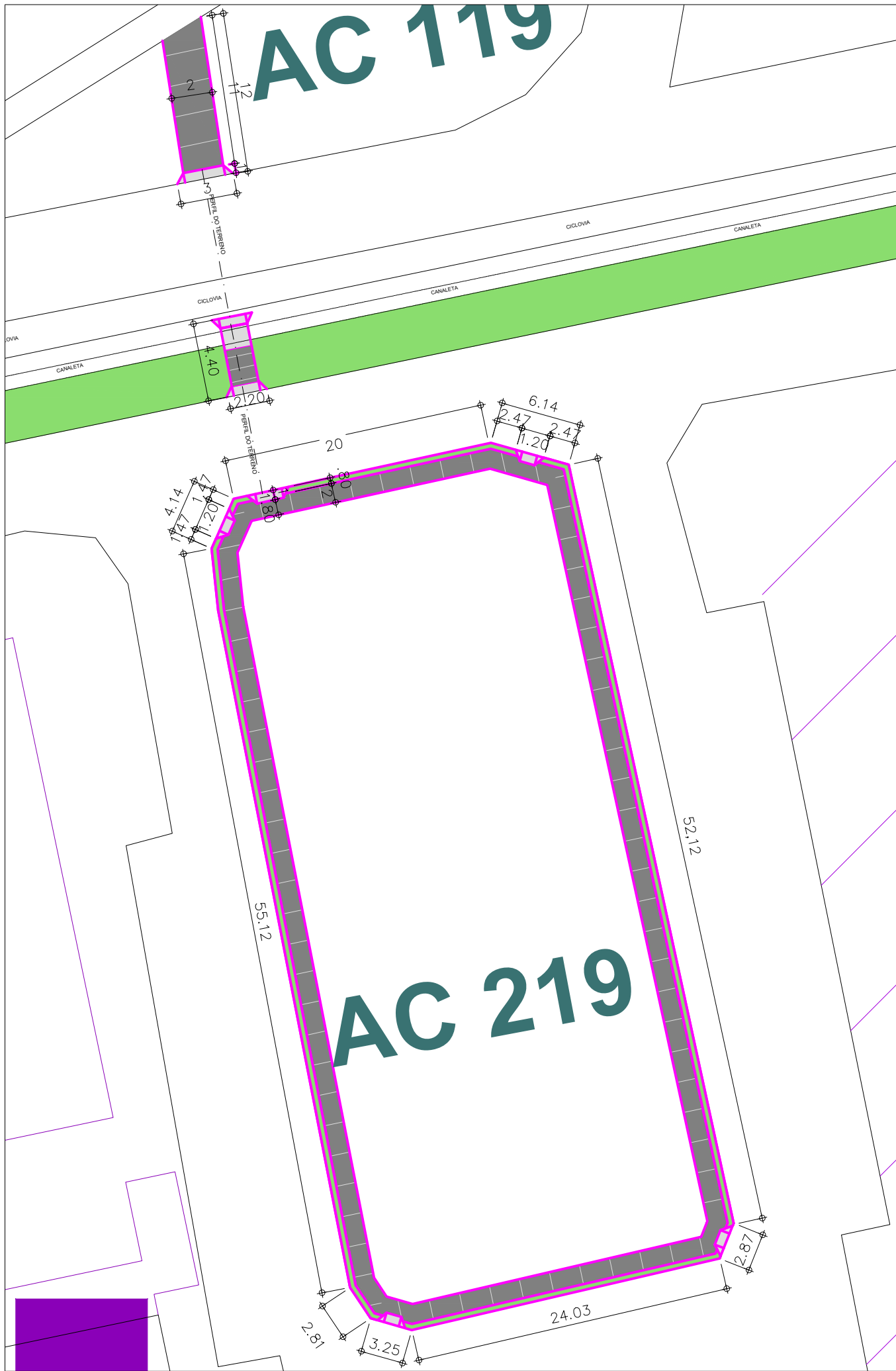
PLANTA DE SITUAÇÃO - SEM ESCALA

LEGENDA - CONSTRUÇÃO (COLÉGIO PALOMA - QR 307)

QUADRO DE ÁREAS		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADAS	426.28M²
	RAMPAS	02 UNIDADE
	MEIO FIO	X
	PLANTIO DE GRAMA	164.31M²



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - COLOM	
COORDENADOR: PAULO RICARDO ANDRADE	CREA: 22550-D/DF
COLABORADORES: MARIA ELISA PIMENTA SANTOS	
CALÇADAS ESCOLAS	
LOCAL: COLÉGIO PALOMA - SANTA MARIA QR 307	
ESCALA: INDICADA	



LOCALIZAÇÃO

LEGENDA - CONSTRUÇÃO AC 219/119

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
	CALÇADA	714.72M²
	PLANTIO DE GRAMA	130.79m²
	PLACA DE CONCRETO	01 UNIDADE
	RAMPAS	08 UNIDADES
	MEIO FIO	X



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - COLOM
COORDENADOR: PAULO RICARDO ANDRADE CREA: 22550-D/DF
COLABORADORES: MARIA ELISA PIMENTA SANTOS
REFORMA DE CALÇADAS
LOCAL: SANTA MARIA SUL AC 119/219
ESCALA: SEM ESCALA

DADOS DA OBRA:

Nº do Orçamento : **SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19**

Local da Entrada : **Administração Regional de Santa Maria - RA XIII**

Processo : **SEI 00390-00006351/2017-16 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações)**

Objeto : **IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE**

Local : **DIVERSOS LOCAIS da SANTA MARIA_ NORTE e SUL**

Orçado por : **Marco Antonio Vaz Junior (CAU/DF A21492-2)**

Data-base : **SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018**

Data de Cadastro : **12/08/2019**

Encargos Sociais : **(Tabela anexa)**

Duração da Obra : **60 dias para execução da obra**

VALOR:

R\$ 196.805,12
SEM DESONERAÇÃO

Interessado:

Administração Regional de Santa Maria - RA XIII
IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE

MODIFICAÇÃO	DATA
Número da revisão	Data da elaboração
Estimativa Nº: SSN 093/2019 sem desoneração (Nº 25411962)	quarta-feira, 18 de julho de 2018

MEMÓRIA - OBRA DE INFRAESTRUTURA

SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19

IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE

SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018

Administração Regional de Santa Maria - RA XIII

IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE

Item	LOCALIZAÇÃO	SEI	CALÇADAS (m2)	RAMPA (unid.)	MEIO-FIO (m)	PISO TÁTIL (m2)	PLANTIO de GRAMA (m2)
1	Projeto CENTRO de ENSINO MÉDIO 417_SANTA MARIA_CL 417	SEI N° 25159552	122,54	-	-	-	-
2	Projeto ESCOLA CLASSE 116_SANTA MARIA_QR 116	SEI N° 25159939	93,62	-	-	-	-
3	Projeto ESCOLA CL 203_SANTA MARIA_CL 203	SEI N° 25185604	312,62	7	133,25	4,48	-
4	Projeto EVANGÉLICA RECANTO do CÉU 302_SANTA MARIA_CL 302	SEI N° 25186053	242,88	2	-	1,28	-
5	Projeto ESCOLA CLASSE 218_SANTA MARIA_QR 218	SEI N° 26452207	600,00	3	18,53	1,92	25,64
6	Projeto CENTRO de ENSINO FUNDAMENTAL 316_SANTA MARIA_CL 316	SEI N° 26452437	355,00	2	-	1,28	141,29
7	Projeto JARDIM de INFÂNCIA 116_SANTA MARIA_QR 116	SEI N° 26452759	377,40	3	37,17	1,92	103,41
8	Projeto CENTRO EDUCACIONAL EXPOENTE 307_SANTA MARIA_CL 307	SEI N° 26453175	628,82	2	-	1,28	291,01
9	Projeto COLÉGIO PALOMA_SANTA MARIA_QR 307	SEI N° 26453373	426,28	2	-	1,28	164,31
10	Projeto CENTRO de ENSINO EDUCACIONAL 308_SANTA MARIA_CL 308	SEI N° 26454140	658,96	5	60,96	3,20	328,72
11	Projeto Calçadas BRT_SANTA MARIA_AC 219/119	SEI N° 26454318	714,72	8	-	5,12	130,79

TOTAL			CALÇADAS (m2)	RAMPA (unid.)	MEIO-FIO (m)	PISO TÁTIL (m2)	PLANTIO de GRAMA (m2)
			4.532,84	34,00	249,91	21,76	1.185,17

EXECUÇÃO

Item	Descrição	Quantidade	Símbolo	Novacap (km)	Custo Total (R\$)	Área (m²)	Unidade (un):	Espessura (m)	Volume (m³)
1	EXECUÇÃO de PASSEIOS em CONCRETO	4.532,84	(m2)	26,2	R\$ 129.315,40	4.532,84	-	0,06	-
2	EXECUÇÃO de RAMPAS de ACESSIBILIDADE	34,00	(UN)	-	R\$ 4.985,18	-	34,00	-	-
3	EXECUÇÃO de MEIOS-FIOS	249,91	(m)	26,2	R\$ 8.819,83	-	-	-	-
4	EXECUÇÃO de PISO TÁTIL de ALERTA na RAMPA	21,76	(m2)	-	R\$ 2.295,90	21,76	-	-	-
5	EXECUÇÃO de PLANTIO de GRAMA	1.185,17	(m2)	-	R\$ 9.315,44	1.185,17	-	-	-

RESUMO DO ORÇAMENTO - OBRA DE INFRAESTRUTURA					
SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19					
IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE					
SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018					
Item	Descrição			%	Custo Total
Item 1	EXECUÇÃO				
Item 1.1	EXECUÇÃO de PASSEIOS em CONCRETO				
	Planta Execução	Quantidade	4.532,84 (m2)	77,10%	R\$ 129.315,40
Item 1.2	EXECUÇÃO de RAMPAS de ACESSIBILIDADE				
	Planta Execução	Quantidade	34,00 (UN)	2,97%	R\$ 4.985,18
Item 1.3	EXECUÇÃO de MEIOS-FIOS				
	Planta Execução	Quantidade	249,91 (m)	5,26%	R\$ 8.819,83
Item 1.4	EXECUÇÃO de PISO TÁTIL de ALERTA na RAMPA				
	Planta Execução	Quantidade	21,76 (m2)	1,37%	R\$ 2.295,90
Item 1.5	EXECUÇÃO de PLANTIO de GRAMA				
	Planta Execução	Quantidade	1.185,17 (m2)	5,55%	R\$ 9.315,44
Soma total EXECUÇÃO					R\$ 154.731,74
Item 2	ADMINISTRAÇÃO				
Item 2.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
				7,75%	R\$ 12.990,36
Soma total ADMINISTRAÇÃO					R\$ 12.990,36
Total Parcial sem BDI				100,00%	R\$ 167.722,10
Obras de menor complexidade (Praças, Calçadas, Ciclovias, Meios-Fios e Obras Correlatas).					
BDI de 17,34 % referente ao total parcial da estimativa, exceto os materiais betuminosos				17,34%	R\$ 29.083,01
TOTAL PARCIAL, exceto os materiais betuminosos					R\$ 167.722,10
Total dos materiais betuminosos					R\$ 0,00
BDI de 17,34 % referente ao total parcial da estimativa, exceto os materiais betuminosos					R\$ 29.083,01
Total Final Orçamento com BDI					R\$ 196.805,12

Os quantitativos de serviço devem ser aferidos antes do início das obras

Com base nos Quantitativos obtidos pelo Projetos fornecidos pela COLOM (Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção)_Administração Regional de Santa Maria - RA XIII_SEI 00143-00000754/2019-16 (GDF-Sistema Eletrônico de Informações).

Arqº MARCO ANTONIO VAZ JUNIOR
 SEPROJ/DIPROJ/DU
 Mat.: 972.931-3

3.resumo

ESTIMATIVA de CUSTOS - OBRA DE INFRAESTRUTURA

SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19

IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE

SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018

Item: 01 EXECUÇÃO

Item 1.1	EXECUÇÃO de PASSEIOS em CONCRETO		
	Planta Execução_COLOM_RA XIII	Quant.: 4.532,84 (m2)	DMT Novacap (km) = 26,2

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ÍTEM
Regularização e compactação							
1.1.1	SINAPI	74005/001	Compactação mecânica, sem controle do gc (c/compactador placa 400 kg)	m3	407,9556	R\$ 4,49	R\$ 1.831,72
Aterro/ Base em argila ou barro com espessura mínima de 9 cm							
1.1.2	SINAPI	6077	Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte)	m3	407,9556	R\$ 15,28	R\$ 6.233,56
1.1.3	SINAPI	74010/001	Carga e descarga mecânica de solo utilizando caminhão basculante 6,0m3/16t e pa carregadeira sobre pneus 128 hp,	m3	407,9556	R\$ 1,67	R\$ 681,29
1.1.4	SINAPI	95875	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m3xkm). af_12/2016	m3.km	10.688,4367	R\$ 1,12	R\$ 11.971,05
Piso em concreto de 6 cm de espessura							
1.1.5	SINAPI	94991	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, não armado. af_07/2016	m3	271,9704	R\$ 399,30	R\$ 108.597,78

Soma parcial **R\$ 129.315,40**

Item 1.2	EXECUÇÃO de RAMPAS de ACESSIBILIDADE		
	Planta Execução_COLOM_RA XIII	Quant.: 34,00 (UN)	

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ÍTEM
1.2.1	SINAPI	94991	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, não armado. af_07/2016	m3	12,4848	R\$ 399,30	R\$ 4.985,18

Soma parcial **R\$ 4.985,18**

Item 1.3	EXECUÇÃO de MEIOS-FIOS		
	Planta Execução_COLOM_RA XIII	Quant.: 249,91 (m)	DMT Novacap (km) = 26,2

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ÍTEM
1.3.1	SINAPI	94273	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100 x 15 x 13 x 30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura). para vias urbanas (uso viário). AF_06/2016	m	249,9100	R\$ 32,51	R\$ 8.124,57
1.3.2	SINAPI	72850	Carga, manobras e descarga de materiais diversos, com caminhão carroceria 9t (carga e descarga manuais)	t	25,7407	R\$ 11,29	R\$ 290,61
1.3.3	SINAPI	72840	Transporte comercial com caminhão carroceria 9 t, rodovia pavimentada	t.km	674,4071	R\$ 0,60	R\$ 404,64

Soma parcial **R\$ 8.819,83**

Item 1.4		EXECUÇÃO de PISO TÁTIL de ALERTA na RAMPA					
		Planta Execução_COLOM_RA XIII			Quant.: 21,76 (m2)		
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ÍTEM
1.4.1	COMPOSIÇÃO de PREÇO	C4624M/SEINFRA	Piso podotátil externo em concreto, direcional e alerta, *40 x 40 x 2,5* cm, assentado com argamassa (inclusive fornecimento)	m2	21,7600	R\$ 105,51	R\$ 2.295,90
Soma parcial							R\$ 2.295,90
Item 1.5		EXECUÇÃO de PLANTIO de GRAMA					
		Planta Execução_COLOM_RA XIII			Quant.: 1.185,17 (m2)		-
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ÍTEM
1.5.1	SINAPI	98504	plantio de grama em placas. af_05/2018	m2	1.185,1700	R\$ 7,86	R\$ 9.315,44
Soma parcial							R\$ 9.315,44
Soma total_EXECUÇÃO							R\$ 154.731,74
Item: 02		ADMINISTRAÇÃO					
Item 2.1		ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ÍTEM
2.1.1	SINAPI	74209/001	placa de obra em chapa de aco galvanizado	m2	12,0000	R\$ 351,27	R\$ 4.215,24
2.1.2	SINAPI	94295	mestre de obras com encargos complementares	mês	2,0000	R\$ 4.387,56	R\$ 8.775,12
Soma parcial							R\$ 12.990,36
Soma total_ADMINISTRAÇÃO							R\$ 12.990,36
DETALHAMENTO do VALOR FINAL da ESTIMATIVA de PREÇOS							
Obras de menor complexidade (Praças, Calçadas, Ciclovias, Meios-Fios e Obras Correlatas).							
ITEM	DESCRIÇÃO			QTDE		BDI %	CUSTO TOTAL
1	BDI de 17,34 % referente ao total parcial da estimativa, exceto os materiais betuminosos			R\$ 167.722,10		17,34%	R\$ 29.083,01
Soma parcial							R\$ 29.083,01
Total parcial, exceto os materiais betuminosos						R\$ 167.722,10	
Total dos materiais betuminosos						R\$ 0,00	
BDI de 17,34 % referente ao total parcial da estimativa, exceto os materiais betuminosos						R\$ 29.083,01	
Total Final Orçamento com BDI						R\$ 196.805,12	
OBRA DE INFRAESTRUTURA	km	DMT - Distâncias Médias de Transporte			obs.: as rampas de acessibilidade são caçadas com inclinação de até i=8,33% e deverão ser executadas de acordo com a nbr 9050 e pontos previstos em projeto, e preferencialmente de acordo com o guia de ubernização elaborado pela segeth.		
	0,0	DMT Bota Fora (km) - Vila Estrutural/ DF					
	26,2	DMT NOVACAP (km) - Brasília/ DF					

MEMÓRIA de CÁLCULO - OBRA DE INFRAESTRUTURA

SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19

IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE

SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018

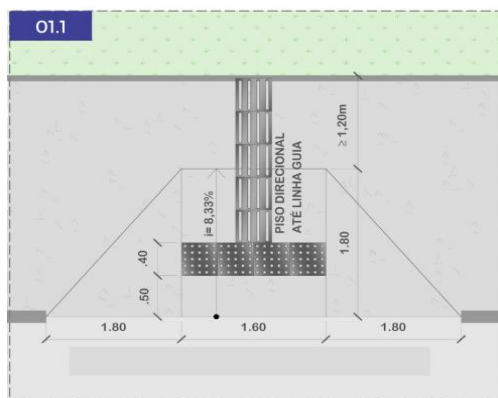
Item: 01	EXECUÇÃO
Item 2.1	EXECUÇÃO de PASSEIOS em CONCRETO
	<div>Planta Execução_COLOM_RA XIII</div> <div>Quant.: 4.532,84 (m2)</div> <div>DMT Novacap (km) = 26,2</div>

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
Regularização e compactação						
1.1.1	SINAPI	74005/001	Compactação mecânica, sem controle do gc (c/compactador placa 400 kg)	m3	407,9556	Área (m2) do subleito à regularizar e compactar x 0,09 (cm)
Aterro/ Base em argila ou barro com espessura mínima de 9 cm						
1.1.2	SINAPI	6077	Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte)	m3	407,9556	Área (m2) x 0,09 (espessura do aterro)
1.1.3	SINAPI	74010/001	Carga e descarga mecânica de solo utilizando caminhão basculante 6,0m3/16t e pa carregadeira sobre pneus 128 hp, capacidade da	m3	407,9556	Área (m2) x 0,09 (espessura do aterro)
1.1.4	SINAPI	95875	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m3xkm). af_12/2016	m3.km	10.688,4367	(Código 74010/001: (t)) x (DMT Novacap (km)_transportada até o Novacap)
Piso em concreto de 6 cm de espessura						
1.2.5	SINAPI	94991	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, não armado. af_07/2016	m3	271,9704	Área (m2) x 0,06 (espessura do concreto)

Item 1.2	EXECUÇÃO de RAMPAS de ACESSIBILIDADE
	<div>Planta Execução_COLOM_RA XIII</div> <div>Quant.: 34 (UN)</div> <div>-</div>

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
1.2.1	SINAPI	94991	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, não armado. af_07/2016	m3	12,4848	Área (m2) da rampa; 6,12 (m2) x 34 (UN) x 0,06 (espessura do concreto)

Obs.: ((aba: 1,80 (larg.) x 1,80 (comp.)/2) + (rampa: 1,60 (larg.) x 1,80 (comp.)) + (aba: 1,80 (larg.) x 1,80 (comp.)/2) = 6,12 (m2)



Rampa com abas

Item 1.3	EXECUÇÃO de MEIOS-FIOS					
	Planta Execução_COLOM_RA XIII			Quant.: 249,91 (m)	DMT Novacap (km) = 26,2	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
1.3.1	SINAPI	94273	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100 x 15 x 13 x 30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário). AF_06/2016	m	249,9100	Comprimento (m) x 0,103 ((t/m) Peso Especifico do Meio-Fio) x (DMT Novacap (km)_transportada até o Novacap)
1.3.2	SINAPI	72850	Carga, manobras e descarga de materiais diversos, com caminhão carroceria 9t (carga e descarga manuais)	t	25,7407	Comprimento (m) x 0,103 ((t/m) Peso Especifico do Meio-Fio) x (DMT Novacap (km)_transportada até o Novacap)
1.3.3	SINAPI	72840	Transporte comercial com caminhão carroceria 9 t, rodovia pavimentada	t.km	674,4071	Comprimento (m) x 0,103 ((t/m) Peso Especifico do Meio-Fio) x (DMT Novacap (km)_transportada até o Novacap)
Item 1.4	EXECUÇÃO de PISO TÁTIL de ALERTA na RAMPA					
	Planta Execução_COLOM_RA XIII			Quant.: 21,76 (m2)	-	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
1.4.1	COMPOSIÇÃO de PREÇO	C4624M/SEINFRA	Piso podotátil externo em concreto, direcional e alerta, *40 x 40 x 2,5* cm, assentado com argamassa (inclusive fornecimento)	m2	21,7600	1,60 (larg.) x 0,40 (comp.) x 34 (rampas)
Item 1.5	EXECUÇÃO de PLANTIO de GRAMA					
	Planta Execução_COLOM_RA XIII			Quant.: 1.185,17 (m2)	-	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
1.5.1	SINAPI	98504	plantio de grama em placas. af_05/2018	m2	1.185,1700	Quantidade informada no arquivo (Planta Execução)_Área (m2)
Item: 02 ADMINISTRAÇÃO						
Item 2.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO do SERVIÇO	UN.	QTDE	MEMÓRIA
2.1.1	SINAPI	74209/001	placa de obra em chapa de aço galvanizado	m2	12,0000	Consideramos as placas sempre 12 m2
2.1.2	SINAPI	94295	mestre de obras com encargos complementares	mês	2	2 (mês) Quantidade considerada para o serviço

CURVA ABC DE SERVIÇO - OBRA DE INFRAESTRUTURA									
SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19									
IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE									
SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018									

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL DO ÍTEM	%	% ACUMULADA	CLASSI F.
1	94991	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, não armado. af_07/2016	m3	284,46	R\$ 399,30	R\$ 113.582,96	73,4064%	73,4064%	A
2	95875	Transporte com caminhão basculante de 10 m3, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m3xkm). af_12/2016	m3.km	10.688,4367	R\$ 1,12	R\$ 11.971,05	7,7366%	81,1430%	B
3	98504	planto de grama em placas. af_05/2018	m2	1.185,1700	R\$ 7,86	R\$ 9.315,44	6,0204%	87,1634%	C
4	94273	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100 x 15 x 13 x 30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário). AF_06/2016	m	249,9100	R\$ 32,51	R\$ 8.124,57	5,2507%	92,4141%	C
5	6077	Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte)	m3	407,9556	R\$ 15,28	R\$ 6.233,56	4,0286%	96,4428%	C
6	C4624M/SEINFRA	Piso podotátil externo em concreto, direcional e alerta, *40 x 40 x 2,5* cm, assentado com argamassa (inclusive fornecimento)	m2	21,7600	R\$ 105,51	R\$ 2.295,90	1,4838%	97,9266%	C
7	74005/001	Compactação mecânica, sem controle do gc (c/compactador placa 400 kg)	m3	407,9556	R\$ 4,49	R\$ 1.831,72	1,1838%	1,1838%	C
8	74010/001	Carga e descarga mecânica de solo utilizando caminhão basculante 6,0m3/16t e pa carregadeira sobre pneus 128 hp, capacidade da caçamba 1,7 a 2,8 m3, peso operacional 11632 kg	m3	407,9556	R\$ 1,67	R\$ 681,29	0,4403%	1,6241%	C
9	72840	Transporte comercial com caminhão carroceria 9 t, rodovia pavimentada	t.km	674,4071	R\$ 0,60	R\$ 404,64	0,2615%	1,8856%	C
10	72850	Carga, manobras e descarga de materiais diversos, com caminhão carroceria 9t (carga e descarga manuais)	t	25,74	R\$ 11,29	R\$ 290,61	0,1878%	2,0734%	C

TOTAL PARCIAL						R\$ 154.731,74			
----------------------	--	--	--	--	--	-----------------------	--	--	--

Total Parcial sem BDI		R\$ 167.722,10
Total da Administração Local		R\$ 12.990,36
Curva ABC - Total sem códigos da Administração Local		R\$ 154.731,74

Cat.	Percentual	Qtde.	Valor	Acumulado
A	73%	1	R\$ 113.582,96	R\$ 113.582,96
B	8%	1	R\$ 11.971,05	R\$ 125.554,01
C	19%	8	R\$ 29.177,73	R\$ 154.731,74
TOTAL	100%	10	R\$ 154.731,74	

CRONOGRAMA - OBRA DE INFRAESTRUTURA

SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19

IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE

SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018

SERVIÇOS		DIAS CORRIDOS			PREÇOS (R\$)			%	
		30	60	90	PARCIAL	17,34%	10,89%		TOTAL
EXECUÇÃO									
1.1	EXECUÇÃO de PASSEIOS em CONCRETO	50%	50%	0%					
		R\$ 75.869,34	R\$ 75.869,34	R\$ 0,00	R\$ 129.315,40	R\$ 22.423,29	-	R\$ 151.738,69	77,10%
		50%	100%	100%					
1.2	EXECUÇÃO de RAMPAS de ACESSIBILIDADE	50%	50%	0%					
		R\$ 2.924,81	R\$ 2.924,81	R\$ 0,00	R\$ 4.985,18	R\$ 864,43	-	R\$ 5.849,61	2,97%
		50%	100%	100%					
1.3	EXECUÇÃO de MEIOS-FIOS	50%	50%	0%					
		R\$ 5.174,59	R\$ 5.174,59	R\$ 0,00	R\$ 8.819,83	R\$ 1.529,36	-	R\$ 10.349,19	5,26%
		50%	100%	100%					
1.4	EXECUÇÃO de PISO TÁTIL de ALERTA na RAMPA	50%	50%	0%					
		R\$ 1.347,00	R\$ 1.347,00	R\$ 0,00	R\$ 2.295,90	R\$ 398,11	-	R\$ 2.694,01	1,37%
		50%	100%	100%					
1.5	EXECUÇÃO de PLANTIO de GRAMA	50%	50%	0%					
		R\$ 5.465,37	R\$ 5.465,37	R\$ 0,00	R\$ 9.315,44	R\$ 1.615,30	-	R\$ 10.930,73	5,55%
		50%	100%	100%					
ADMINISTRAÇÃO									
2.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	50%	50%	0%					
		R\$ 7.621,44	R\$ 7.621,44	R\$ 0,00	R\$ 12.990,36	R\$ 2.252,53	-	R\$ 15.242,89	7,75%
		50%	100%	100%					
SERVIÇOS		DIAS CORRIDOS			PREÇOS (R\$)			%	
		30	60	90	PARCIAL	17,34%	10,89%		TOTAL
Desembolso Mensal		R\$ 98.402,56	R\$ 98.402,56	R\$ 0,00	R\$ 167.722,10	R\$ 29.083,01	R\$ 0,00	R\$ 196.805,12	100%
Porcentagem Parcial		50,00%	50,00%	0,00%					
Desembolso Total		R\$ 98.402,56	R\$ 196.805,12	R\$ 196.805,12					
Porcentagem Acumulada		50,00%	100,00%	100,00%					

BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - OBRA DE INFRAESTRUTURA

SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19

IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE

SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018

BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

Obras de menor complexidade (Praças, Calçadas, Ciclovias, Meios-Fios e Obras Correlatas).

SEM Desoneração da Folha de Pagamento

Grupo	Componentes	Incidências
DESPESAS INDIRETAS		
A	Administração Central	3,00%
	Seguros + Garantias	0,80%
	Riscos	0,97%
	Despesas Financeiras	0,59%
Subtotal "A"		5,36%
TRIBUTOS		
B	COFINS - Contribuição Financiamento Seguridade Social	3,00%
	PIS - Programa de Integração Social	0,65%
	ISS - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	1,00%
	CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	0,00%
Subtotal "B"		4,65%
BONIFICAÇÃO		
C	Lucro	6,16%
Subtotal "C"		6,16%
BDI		17,34%

FORMULA UTILIZADA PARA CÁLCULO DO BDI

$$BDI = \left[\left(\frac{R + G}{1 - I} \right) \times ((1 + S) + DF) - 1 \right] \times 100$$

AC Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

S Taxa Representativa de Seguros

R Taxa Representativa de Riscos

G Taxa Representativa de Garantias

DF Taxa Representativa de Despesas Financeiras

L Taxa Representativa de Lucro

I Taxa Representativa de Incidência de Impostos

Taxa Representativa da Incidência de Impostos é aplicada sobre o preço de venda da prestação do serviço, enquanto que as demais taxas são aplicadas sobre o custo

REFERÊNCIAS:

Fórmula de cálculo do BDI: Relatório do Acórdão nº 2.622/2013 - TCU / Plenário

ENCARGOS SOCIAIS - OBRA DE INFRAESTRUTURA

SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19

IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE

SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA HORISTA e MENSALISTA

VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2018

UF: DISTRITO FEDERAL


ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,76%	Não incide	17,76%	Não incide
B2	Feriados	3,41%	Não incide	3,41%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,90%	0,71%	0,90%	0,71%
B4	13º Salário	10,60%	8,33%	10,60%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,71%	0,56%	0,71%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,31%	Não incide	1,31%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,09%	0,11%	0,09%
B9	Férias Gozadas	12,57%	9,88%	12,57%	9,88%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B	Total	47,47%	19,65%	47,47%	19,65%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	3,94%	3,10%	3,94%	3,10%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,09%	0,07%	0,09%	0,07%
C3	Férias Indenizadas	1,33%	1,04%	1,33%	1,04%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,84%	3,81%	4,84%	3,81%
C5	Indenização Adicional	0,33%	0,26%	0,33%	0,26%
C	Total	10,53%	8,28%	10,53%	8,28%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,45%	3,50%	17,94%	7,43%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reicidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,33%	0,26%	0,35%	0,27%
D	Total	8,78%	3,76%	18,29%	7,70%
Total (A+B+C+D)		84,58%	49,49%	114,09%	73,43%

COMPOSIÇÕES de PREÇOS - OBRA DE INFRAESTRUTURA

SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19

IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE

SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018

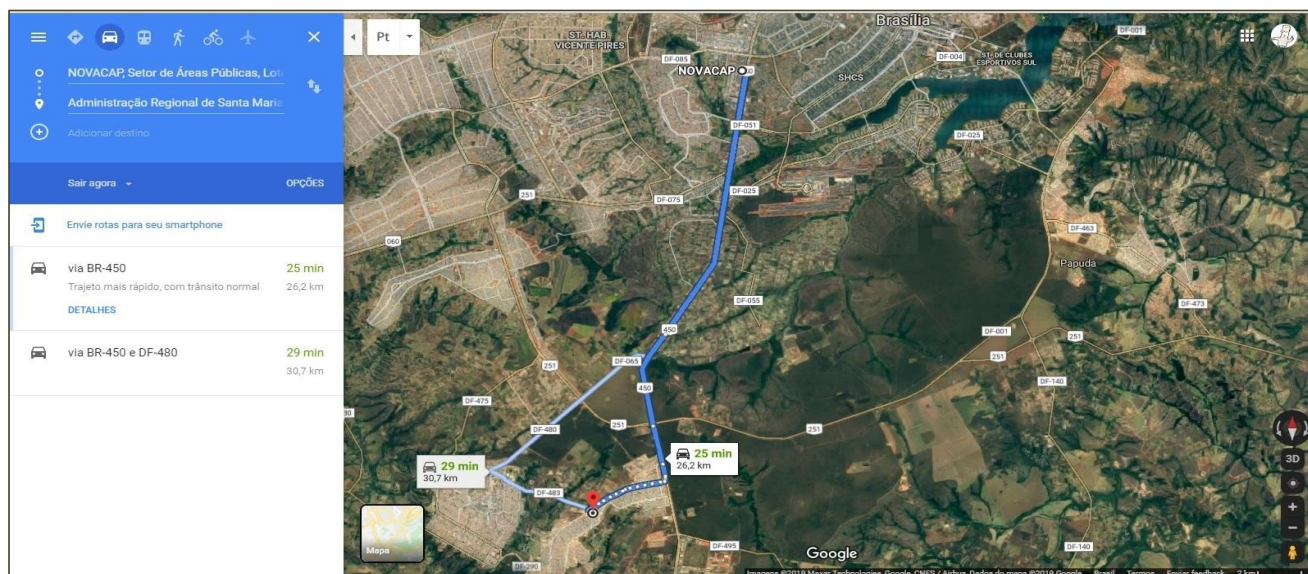
 NOVACAP <small>COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL</small>		COMPOSIÇÕES DE PREÇOS					
Leis Sociais: 114,09%							
Código	Descrição Serviço	Data-base	Produção	Unid.	FIC	FIT	
		jan'19	1,00	M2	0,00	0,00	
C4624M/SEINFRA	PISO PODOTÁTIL EXTERNO EM CONCRETO, DIRECIONAL E ALERTA, "40 X 40 X 2,5" CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA (INCLUSIVE FORNECIMENTO)						
A - EQUIPAMENTOS							
Código	Descrição Equipamento	Quant.	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total
			Operativa	Improdut.	Operativo	Improdut.	
Custo horário total de equipamentos							R\$ 0,00
B - MÃO DE OBRA							
Código	Descrição Mão de Obra	Unid.	Quant.	Custo Horário		Custo Horário Total	
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2500	R\$ 15,7300		R\$ 19,6625	
88256	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,6000	R\$ 21,2400		R\$ 33,9840	
Custo horário total de mão de obra							R\$ 53,6465
Custo horário total de execução							R\$ 53,6465
Custo unitário de execução							R\$ 53,6465
Custo do FIC							R\$ 0,0000
Custo do FIT							R\$ 0,0000
C - MATERIAL							
Código	Descrição Material	Unid.	Quant.	Preço Unitário		Custo Unitário	
1106	CAL HIDRATADA CHI PARA ARGAMASSAS	KG	2,7300	R\$ 0,5400		R\$ 1,7472	
1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	2,8000	R\$ 0,4100		R\$ 1,1480	
36178	PISO PODOTÁTIL DE CONCRETO - DIRECIONAL E ALERTA, "40 X 40 X 2,5" CM	UN	6,2500	R\$ 7,5800		R\$ 47,3750	
370	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,0182	R\$ 87,5000		R\$ 1,5925	
Custo unitário total de material							R\$ 51,8627
D - ATIVIDADES AUXILIARES							
Custo total de atividades auxiliares							R\$ 0,0000
Subtotal							R\$ 105,5692
E - TEMPO FIXO							
Código	Quantidade	Qtd	Código	Unid	Custo Unit.	Custo Unitário	
Custo unitário total de tempo fixo							R\$ 0,0000
F - MOMENTO DE TRANSPORTE							
Quantidade		Unid.	DMT			Custo Unitário	
			LN	RP	P		
Custo unitário total de transporte							R\$ 0,0000
Custo unitário direto total							R\$ 105,51
OBS							
SERVIÇO, COEFICIENTES E INSUMOS, REFERÊNCIA: TABELA SERVIÇO E COEFICIENTES REFERÊNCIA SEINFRA/CE, TABELA DE CUSTOS - VERSÃO 026, ITEM 29 ACESSIBILIDADE À EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS, SUBITEM 29.4.4 (https://sites.seinfra.ce.gov.br/siprocei/desonerada/html/C4624.html?m=1545420244050), TABELA SICRO/CENTRO OESTE/DISTRITO FEDERAL/2018 (DATA BASE: OUTUBRO 2018)(http://www.dnit.gov.br/custos-e-pagamentos/sicro/centro-oeste/centro-oeste) E SINAPI/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/2019 (DATA BASE: JANEIRO 2019)(http://www.caixa.gov.br/sinapi/Paginas/downloads.aspx?categoria_644)							

DISTÂNCIAS MÉDIAS de TRANSPORTE - OBRA DE INFRAESTRUTURA

SSN 103/19 sem DESONERAÇÃO em modificação ao SSN 093/19

IMPLANTAÇÃO de CALÇADAS ACESSÍVEIS e RAMPAS de ACESSIBILIDADE

SINAPI Jan_2019 - SICRO Out_2018



COORDENADAS/ DISTRITO FEDERAL

OBRA		NOVACAP	
Latitude:	16° 1'3.42"S	Latitude:	15°48'59.97"S
Longitude:	48° 0'59.41"O	Longitude:	47°57'7.78"O
DISTÂNCIA MÉDIA de TRANSPORTE (DMT)		NOVACAP (MATERIAL) ATÉ A OBRA	26,2 km

TERMO DE REFERÊNCIA - OBRAS DE URBANIZAÇÃO
(À LUZ DA LEI Nº 13.303/2016)

OBJETO: Implantação de calçadas acessíveis e rampas de acessibilidade, em diversos locais de Santa Maria Norte e Santa Maria Sul - DF.

QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA			
NOME DO PROJETO:		Implantação de calçadas acessíveis e rampas de acessibilidade, em diversos locais de Santa Maria Norte e Santa Maria Sul - DF.	
NÚMERO DO PROCESSO:		00143-00000754/2019-16	
REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA	RESPONSÁVEL
R00	Versão inicial	12/08/2019	Eng. Rodrigo Saldanha Gomes Cazzola

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei Nº 13.303 de 30 de junho de 2016, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 01 de julho de 2016, ao Decreto Nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016 e ao Decreto Distrital Nº 37.967 de 20/01/2017.

1. OBJETO

1.1 Implantação de calçadas acessíveis e rampas de acessibilidade, em diversos locais de Santa Maria Norte e Santa Maria Sul - DF.

1.2 QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

1.2.1 O quadro resumo abaixo foi preenchido de acordo com a Informação SEI-GDF SEPROJ/DIPROJ/DEINFRA/DU 26516777.

OBJETO: Implantação de calçadas acessíveis e rampas de acessibilidade, em diversos locais de Santa Maria Norte e Santa Maria Sul - DF				
De natureza comum	SIM		NÃO	X
De prestação continuada	SIM		NÃO	X
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	
Definida	X
JUSTIFICATIVA: Tendo em vista que as quantidades foram definidas de acordo com o Projeto Executivo.	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM		NÃO	X
JUSTIFICATIVA: Tendo em vista não haver ganho de escala, entende-se não ser viável o parcelamento do objeto.				

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM	X	NÃO	
JUSTIFICATIVA: Não há justificativa que impeça a participação de consórcios.				

REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por preço unitário	X
Empreitada por preço global	
Contratação semi-integrada	
JUSTIFICATIVA: Tendo em vista tratar-se de quantitativo passível de eventuais alterações durante a execução dos serviços.	

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e competitividade durante o certame e maior economia à Administração.	

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO NO CASO DE ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO	R\$ 196.805,12 (cento e noventa e seis mil oitocentos e cinco reais e doze centavos)
JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para as propostas de preço das licitantes.	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior vantagem à Administração.	

REAJUSTAMENTO
Para fins de reajustamento do Contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes: <ul style="list-style-type: none"> • Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irrealizáveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995. • A Contratada fará jus a reajustamento contratual sempre que o prazo de execução superar 12 meses, nos termos da Lei nº 10.192/2001, automaticamente, aplicando-se o índice abaixo especificado. • Em contrato com duração estimada inferior a 12 meses, que, por ventura, venham, justificadamente, a ultrapassar o período inicialmente estimado, a CONTRATADA fará jus a reajustamento, desde que a extensão no prazo de execução não tenha sido motivada por ações da CONTRATADA. • Em caso de reajustamento contratual, o marco inicial para contagem do período de 12 meses se dará a partir da data limite de apresentação de proposta pela licitante. • A concessão de reajuste contratual de itens acrescidos ao contrato demanda a deflação dos preços desde a época da cotação até a data-base original do contrato, a partir da qual serão reajustados pelos mesmos índices setoriais aplicados na deflação. Os itens acrescidos serão reajustados anualmente a partir da data da sua cotação. • Para efeito de reajuste do futuro contrato, deverá ser adotado o seguinte índice: Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna 18, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

1.2.2 A demanda da contratação é definida, tendo em vista que as quantidades foram definidas de acordo com o Projeto Executivo.

1.2.3 Tendo em vista não haver ganho de escala, entende-se não ser viável o parcelamento do objeto.

1.2.4 Não haverá restrição à participação de micro e pequenas empresas e/ou empresas consorciadas, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no edital.

1.2.5 O regime de execução será de Empreitada por Preço Unitário, uma vez que, devido à natureza do objeto, trata-se de quantitativo passível de eventuais alterações durante a execução dos serviços.

1.2.6 O modo de disputa será aberto, mediante a apresentação de lances públicos e sucessivos, objetivando maior transparência e competitividade durante o certame e maior economia à Administração.

1.2.7 O orçamento não sigiloso tem previsão no Art. 34 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que estabelece que *"O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas."* Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para as propostas de preço das licitantes.

2.FUNDAMENTO LEGAL

2.1 A execução da Obra objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

2.2 A contratação por Dispensa ou Inexigibilidade de licitação tem amparo, ainda, em Parecer Jurídico emitido pela ASJUR/PRES/NOVACAP.

3.JUSTIFICATIVA

3.1 A contratação da referida obra se justifica diante da necessidade de atendimento às demandas apresentadas no "Relatório Fotográfico Calçadas Acessíveis" (Doc. SEI/GDF 19662079).

4. DEFINIÇÕES E SIGLAS

4.1 Apresentamos a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Termo de Referência.

AS BUILT: é o conjunto de pranchas que constituem a fase destinada à representação do projeto como construído. Essa fase registra as alterações de projeto ocorridas durante a execução da obra.

ESPECIFICAÇÕES: são discriminações dos serviços, procedimentos e materiais a serem aplicados na execução do objeto a ser contratado.

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO: é a representação gráfica dos serviços distribuídos em etapas a serem executados do objeto contratado com indicação do respectivo desembolso financeiro vinculado ao valor do Contrato.

COMISSÃO: Grupo de pessoas designado pela autoridade competente da Administração Pública, com representantes da FISCALIZAÇÃO, para receber em definitivo o objeto contratado, após exame e constatação da conformidade com os padrões exigidos em contrato. A comissão poderá, se for o caso, determinar à CONTRATADA, providências necessárias para a finalização do objeto nos termos contratuais.

CONTRATADA: é a pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

CONTRATANTE: é o Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO: declaração emitida pela Proponente de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE: declaração emitida pela Proponente de que se compromete a executar os serviços sob sua responsabilidade atendendo ao que prevê a Norma de Acessibilidade NBR 9050:2015, nos termos do Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 e Decreto Distrital nº 39.272, de 2 de agosto de 2018, que regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018.

ETAPA: Conjunto de serviços previstos no Cronograma Físico-Financeiro para serem executados em um determinado período de tempo. Cada etapa é representada em cada coluna do Cronograma Físico-Financeiro, com indicação dos valores parciais dos serviços e respectivos percentuais. O objeto poderá ser executado em etapa única ou dividido em várias etapas, de acordo com o planejamento da execução e do desembolso, os quais devem ser previamente aprovados pela Administração Pública.

EXECUÇÃO INDIRETA: contratação de Órgão ou entidade da Administração Pública com terceiros.

FISCAL ou EXECUTOR: empregado ou comissão de empregados da NOVACAP com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a serem adotadas pelo gestor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pelo contratado, nos termos das Normas de Fiscalização desta NOVACAP.

FISCALIZAÇÃO: é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

GESTOR DO CONTRATO: empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, que adota as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, considerando o que

prevê o contrato e as normas internas da NOVACAP.

LIVRO DE ORDEM OU DIÁRIO DE OBRAS: memória escrita de todas as atividades relacionadas à execução do objeto. Servirá de subsídio para comprovar a autoria de trabalhos; garantir o cumprimento das instruções, tanto técnicas como administrativas; dirimir dúvidas sobre a orientação técnica relativa ao objeto; avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos e acidentes de trabalho; eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos. Confirmará juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, a efetiva participação dos profissionais na execução da obra/serviço, inclusive para a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO OU INSUMOS DE CONSTRUÇÃO: todos os corpos, objetos ou substâncias utilizadas em obras ou serviços de engenharia.

OBRA: Ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, conforme definição da Orientação Técnica OT-IBR 002/2009.

ORDEN DE SERVIÇO: o documento emitido pela Administração Pública que autoriza o início da execução do objeto contratado, a partir da emissão da Nota de Empenho, constando entre outras informações, nomes da CONTRATADA e CONTRATANTE, número do Contrato, número do Processo Administrativo, descrição do objeto, endereço, prazo, data de início, data de término, valor contratado, nomes do FISCAL/EXECUTOR, supervisor e Diretor da unidade gestora.

PLANILHAS ESTIMATIVAS: são planilhas com descrição dos serviços, indicação de quantitativos e preços unitários que servem de parâmetro para disponibilização de recursos financeiros, para compor o projeto básico e para julgamento das propostas. São elaboradas pela Administração Pública com base nos preços correntes no mercado local, regional ou nacional onde será executado o objeto.

PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS: são planilhas com descrição dos serviços, indicação de quantitativos e preços unitários, elaboradas pela Proponente, tendo como referência as Planilhas Estimativas fornecidas pela NOVACAP. A partir da assinatura do Contrato essas planilhas passarão a ser designadas como PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONTRATUAIS.

PREÇO GLOBAL: preço certo e total, quando for possível definir previamente no Projeto Básico ou Termo de Referência, com a maior precisão possível, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados no contrato.

PREÇO UNITÁRIO: preço certo de unidades determinadas, no caso em que o objeto, por sua natureza, possua imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários.

CUSTO UNITÁRIO: valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado.

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO: detalhamento do preço unitário do serviço que expresse a descrição, quantidade, produtividade e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida.

BDI: percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza personalística que oneram o contratado.

ENCARGOS SOCIAIS: conjunto de obrigações trabalhistas que devem ser pagas pelas empresas mensalmente ou anualmente, além do salário dos empregados.

PLANILHA DE QUANTITATIVOS: planilha ou conjunto de planilhas onde são levantados as quantidades de cada serviço.

PREPOSTO: pessoa física, sócio, dirigente ou empregado da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, investido no poder de representá-lo nos atos referentes ao contrato, com designação expressa.

PROJETO BÁSICO: é o conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução. Compõe-se de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, contendo o desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviço e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza; contendo soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do Projeto Executivo e de realização das obras e serviços, identificando tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento; fornecendo informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviço; subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviço, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; com orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados; sem frustrar o caráter competitivo para execução.

PROJETO EXECUTIVO: etapa destinada à concepção e à representação final das informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, completas, definitivas, necessárias e suficientes à licitação (contratação) e à execução dos serviços de obra correspondentes. É composto por elementos suficientemente claros e de grande precisão, necessários e suficientes à execução

completa da obra, de acordo com as normas pertinentes e que não altera o Projeto Básico.

PROJETO APROVADO: é o projeto que já foi submetido à análise e foi aprovado pelos órgãos oficiais competentes.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: a comprovação de experiência na execução de obra/serviço compatível com as características dos serviços de maior relevância do objeto a ser contratado.

RECEBIMENTO DEFINITIVO: o procedimento que confirma a plena execução do objeto contratado, conforme suas especificações. O Recebimento Definitivo será feito por Comissão designada pela autoridade competente da Administração Pública, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções da execução ou de materiais empregados.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO: é o procedimento que formaliza a entrega do objeto pela CONTRATADA ao responsável pelo acompanhamento e FISCALIZAÇÃO do contrato por meio de Termo Circunstanciado assinado pelas partes.

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: o instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Instrução nº 361, de 12 de dezembro de 2017, acolhido pela Diretoria Executiva na Sessão Extraordinária nº 4.367ª, realizada em 26 de junho de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração desta companhia na solenidade da 2.471ª Reunião Ordinária realizada em 27 de junho de 2018.

RESPONSABILIDADE CIVIL: abrange sinistros decorrentes de acidentes na execução da obra e/ou falhas na solidez e segurança do trabalho que causem danos a terceiros ou à Administração Pública, com exigência de indenização.

SERVIÇO DE ENGENHARIA: Segundo orientação técnica OT - IBR 002/2009 do IBRAOP, é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

4.2 SIGLAS:

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ASCAL/PRES/NOVACAP: Assessoria de Cadastro e Licitação da NOVACAP.

BDI: Benefícios e Despesas Indiretas.

CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente.

NOVACAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

5.DOCUMENTOS TÉCNICOS

5.1 A documentação técnica fornecida que fará parte integrante do Contrato, valendo como se nele estivesse efetivamente transcrito, é informada nos Elementos Técnicos de Licitação.

5.2 As especificações e descrição dos insumos ou serviços constam na documentação técnica fornecida (art. 28, IV do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP aprovado em 27/06/2018).

6.DESCRICÃO SUCINTA DA OBRA

6.1 O escopo da presente contratação engloba:

6.1.1 Execução de passeios em concreto;

6.1.2 Execução de rampas de acessibilidade;

6.1.3 Execução de meios-fios;

6.1.4 Execução de piso tátil de alerta nas rampas;

6.1.5 Execução de plantio de grama;

6.2 A descrição do escopo no item 6.1 e subitens é apenas um resumo do que será executado na obra, portanto, não exime a responsabilidade da execução completa pela CONTRATADA.

7. VISITA, CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS E PROPOSTA

7.1 Da visita:

7.1.1 Recomenda-se à empresa Proponente, visitar o local da obra, objeto a ser contratado, a fim de verificar todos os seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para sua execução, tais como, características de acesso, topografia, condições do terreno, estocagem de equipamentos, ferramentas e outros.

7.1.2 Em caso de Licitação, as visitas referidas no subitem anterior deverão ocorrer em dias úteis, até

o último dia anterior à data da sessão pública para recebimento e abertura das propostas.

7.1.3 Em caso de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação as visitas deverão ser realizadas em dias úteis, até o último dia anterior à data de apresentação da proposta à Diretoria de Urbanização da NOVACAP, e conforme data definida pelos gestores desta Companhia.

7.1.4 As visitas deverão ser agendadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, haja vista a necessidade de disponibilização de profissional para o acompanhamento; das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira pelo telefone (61) 3403-2463 no Departamento de Infraestrutura Urbana (DEINFRA/DU/NOVACAP).

7.1.5 Todos os custos associados às mencionadas visitas serão arcados integralmente pela própria Proponente.

7.1.6 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria/visita, a Proponente não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, em decorrência da execução do objeto a ser contratado.

7.2 Da conferência preliminar de documentos:

7.2.1 Antes da data de apresentação da proposta para a execução da obra a Proponente deverá:

7.2.1.1 Fazer minucioso estudo, verificando a compatibilização de informações, comparando os projetos, as especificações, **as planilhas estimativas, quando fornecidas**, e os demais componentes integrantes da documentação técnica para a execução da obra, que compõem o Projeto Básico de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

7.2.1.2 Em caso de Licitação, após verificação preliminar, dar imediata comunicação por escrito à ASCAL/PRES/NOVACAP, conforme prazo estabelecido em Edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre quaisquer transgressões às legislações e normas vigentes, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento da obra.

7.2.1.3 Em caso de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação após verificação preliminar, dar imediata comunicação por escrito à Diretoria de Urbanização da NOVACAP, conforme prazo estabelecido na Carta de solicitação de proposta, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre quaisquer transgressões às legislações e normas vigentes, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento da obra.

7.3 Da apresentação da proposta:

7.3.1 A Proponente deverá apresentar a **Declaração de Conhecimento**, de acordo com o modelo anexo ao Edital, ou à Carta de solicitação de proposta, conforme o caso, assinada por representante legal da empresa com conhecimento técnico, expressando ciência das condições a que se referem os itens anteriores.

7.3.2 A Proponente deverá apresentar a **Declaração de Atendimento às Normas de Acessibilidade**, de acordo com o modelo anexo ao Edital, ou à Carta de solicitação de proposta, conforme o caso, assinada por representante legal da empresa com conhecimento técnico, expressando ciência das condições, **declarando, sob as penalidades da Lei, que, caso contratada, executará os serviços sob sua responsabilidade atendendo ao que prevê** a Norma de Acessibilidade NBR 9050:2015, nos termos do Decreto Federal nº 5.296/2004 e Decreto Distrital nº 39.272/2018, que regulamenta a Lei Distrital nº 6.138/2018.

7.3.3 No caso de contratação sob o regime de execução de **Empreitada por Preço Global ou Contratação Semi-integrada** deverá ser observado o seguinte:

7.3.3.1 Caso fornecidas, as Planilhas de Quantitativos não deverão ser tomadas como definitivas, haja vista que apenas subsidiam a compreensão da obra a ser contratada.

7.3.3.2 É de inteira responsabilidade da Proponente o levantamento e quantificação dos materiais e serviços necessários à execução do objeto, com base nos projetos e demais documentos fornecidos pela NOVACAP.

7.3.3.3 Os custos advindos de eventuais divergências detectadas pela Proponente em quantitativos e serviços nas **Planilhas Estimativas da NOVACAP, quando fornecidas**, deverão ser considerados e absorvidos na sua proposta, observado o subitem 7.2.1.2 ou 7.2.1.3 deste Termo de Referência, conforme o caso.

7.3.4 No caso de contratação sob o regime de execução de **Empreitada por Preço Unitário** deverá ser observado o seguinte:

7.3.4.1 Para efeito de elaboração de orçamento pela Proponente, os serviços a executar e respectivos quantitativos, deverão ser aqueles considerados nas Planilhas Estimativas da NOVACAP.

7.3.4.2 Eventuais divergências detectadas pela Proponente nas Planilhas Estimativas da NOVACAP deverão ser comunicadas a esta Companhia, observado o subitem 7.2.1.2 ou 7.2.1.3 deste Termo de Referência, conforme o caso.

7.3.4.3 Durante a execução do objeto, os quantitativos apresentados nas Planilhas Estimativas da NOVACAP não deverão ser tomados como definitivos, haja vista que apenas subsidiam a compreensão da obra, conforme estabelecido no item “17 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO”.

7.3.5 Após a assinatura do Contrato, ficará pressuposta a concordância tácita da CONTRATADA com todos os documentos anexos ao Edital, no caso de licitação, ou à Carta de solicitação de proposta, no caso de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação, não cabendo-lhe quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos e nem de desconhecimento ou omissões nas **Planilhas**

Estimativas da NOVACAP, quando fornecidas, ressalvando-se as situações previstas em **matriz de risco**, quando couber.

7.3.6 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários que ultrapassem o valor unitário da **planilha estimativa da NOVACAP, quando fornecida**.

7.3.7 O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pela NOVACAP.

8. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

8.1 Os elementos técnicos relativos a esta obra são compostos, de forma complementar, pelos documentos relacionados no item 5 deste Termo de Referência e anexos do Edital, no caso de licitação, ou à Carta de solicitação de proposta, no caso de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação.

8.2 Para efeito de interpretação de divergências entre os **documentos técnicos**, fica estabelecido que:

8.2.1 Em caso de divergências entre as Planilhas Estimativas da NOVACAP e as Especificações Técnicas dos Projetos, prevalecerão estas últimas;

8.2.2 Em caso de divergências entre os desenhos de detalhes e os projetos gerais prevalecerão sempre os primeiros;

8.2.3 Em caso de divergências entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá as dimensões corretas;

8.2.4 Em caso de divergências entre os desenhos de escalas diferentes e datas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala e os mais recentes;

8.2.5 Em caso de divergências entre as Especificações Técnicas dos Projetos e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão sempre estas últimas.

8.2.6 Em caso de dúvidas quanto à interpretação de quaisquer desenhos e das prescrições contidas nos Projetos, será consultada a FISCALIZAÇÃO e os autores dos projetos.

8.2.7 Em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento impresso e anexado ao processo, prevalecerá o último.

8.2.8 Em caso de divergência entre o custo unitário do serviço apresentado na planilha orçamentária contratual e o da respectiva composição de custo unitário, prevalecerá o último.

9. LICENCIAMENTO E FRANQUEAMENTO

9.1 A CONTRATADA será responsável pela contratação de todo o pessoal necessário ao pleno desenvolvimento da obra e deverá cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas e da Previdência Social.

9.2 A CONTRATADA deverá proceder à retirada de todas as licenças, autorizações e outros documentos necessários à plena execução do Contrato após a assinatura da Ordem de Serviço. O início da obra **está condicionado** à apresentação destes documentos à FISCALIZAÇÃO.

9.3 A FISCALIZAÇÃO somente autorizará a emissão da primeira fatura/nota fiscal após a CONTRATADA apresentar todas as licenças, autorizações e outros documentos necessários à plena execução do Contrato.

9.4 Excepcionalmente, caso não seja possível a obtenção dos documentos referidos no item 9.2, devido à falta de aprovação ou visto nos projetos nos órgãos competentes, a CONTRATADA deverá informar imediatamente à FISCALIZAÇÃO, que deverá solicitar a regularização por intermédio da Direção da NOVACAP.

9.5 A CONTRATADA deverá:

9.5.1 Registrar, no CREA e/ou CAU, as Responsabilidades Técnicas da obra.

9.5.2 Regularizar novamente os projetos nos órgãos competentes, caso houver alterações nos parâmetros de aprovação, habilitação e/ou licenciamento durante a execução da obra.

9.5.3 Elaborar projeto executivo do canteiro de obras, o qual deverá ser aprovado na Administração Regional ou no órgão competente que couber.

9.5.4 Obter a Licença de Obras para o início da execução de todas as obras sujeitas ao processo de licenciamento.

9.5.5 Elaborar *As Built*.

10. INÍCIO DA OBRA E PRAZOS

10.1 O prazo de execução total da obra é de 60 (sessenta) dias corridos, contado a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pelo contratado.

10.2 O prazo de vigência do Contrato é de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contado a partir da data da assinatura do Contrato.

10.3 **Obrigatoriamente** a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO deverão realizar **reunião**, em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, para discussão dos projetos da obra, com a participação dos respectivos autores e/ou analistas dos projetos.

10.3.1 Deverá ser lavrada ata para registro das ocorrências da reunião.

10.3.2 Deverão ser apresentados pela CONTRATADA as licenças, autorizações e outros documentos

necessários a plena execução do Contrato.

10.3.3 A reunião visa à avaliação conjunta e agilizar as decisões técnicas para definir medidas referentes à execução da obra com a qualidade necessária e no prazo previsto.

10.3.4 Na ocasião a CONTRATADA deverá apresentar, às suas expensas, Relatório técnico minucioso contendo avaliação da documentação técnica e o planejamento da obra, discutindo com a NOVACAP, bem como esclarecendo dúvidas porventura existentes.

10.4 A execução do Contrato deverá ser planejada e controlada através do Cronograma Físico-Financeiro elaborado pela CONTRATADA, a partir do cronograma apresentado por ocasião da licitação e ajustado às condições do início da obra.

10.5 O novo Cronograma Físico-Financeiro elaborado pela CONTRATADA deverá contemplar o planejamento completo de execução dos serviços, demonstrando os caminhos críticos, gráfico de Gant, PERT/CPM, entre outros.

10.6 O novo cronograma Físico-Financeiro deverá ser submetido à análise da FISCALIZAÇÃO em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, em conformidade com o prazo de execução estabelecido no Contrato.

10.7 A partir da entrega do Cronograma Físico-Financeiro pela CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO por sua vez terá até 5 (cinco) dias corridos para analisar, solicitar ajustes e aprovar o Cronograma Físico-Financeiro final.

10.8 A CONTRATADA deverá apresentar o novo cronograma físico-financeiro composto de:

10.8.1 Cronograma físico-financeiro – Detalhado: contempla todos os serviços da Planilha Orçamentária, com previsão das etapas, dos respectivos quantitativos, dos preços unitários e totais.

10.8.2 Plano de ataque de obra: demonstrativo do planejamento detalhado dos serviços previstos no cronograma físico-financeiro;

10.8.3 Histograma de mão de obra: demonstrativo dos quantitativos de mão de obra efetivos por etapa.

10.8.4 Histograma de equipamentos: demonstrativo dos quantitativos de equipamentos por tipo e por etapa.

10.9 A última etapa do cronograma físico-financeiro deverá ter no mínimo 10% (dez por cento) do valor total do Contrato. A emissão da fatura/nota fiscal referente a esta etapa está condicionada a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.10 A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de recolhimento de seguro da forma estabelecida no item 12 deste Termo de Referência que trata de Seguros e Acidentes.

10.11 A CONTRATADA deverá providenciar a remoção de redes de concessionárias de serviços públicos que porventura causem interferência na obra, antes do início dos serviços, salvo se houver indicação contrária no Edital.

11. GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1 A CONTRATADA deverá respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas.

11.2 A CONTRATADA deverá executar medidas de mitigação dos danos ambientais e de compensação ambiental definidas no licenciamento ambiental e na legislação em vigor.

11.3 A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

11.4 A CONTRATADA deverá avaliar impactos de vizinhança que possam ser causadas pela obra, na forma da legislação urbanística.

11.5 A CONTRATADA deverá zelar pela proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, cujo impacto possa ser causado pela obra.

11.6 Os critérios e procedimentos referentes a **resíduos da construção civil** deverão considerar a Resolução nº 307/2002 do CONAMA, as Normas Brasileiras - ABNT e demais legislações e normas vigentes.

11.7 A CONTRATADA deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação e demais normas vigentes, contemplando a análise de contaminação do solo, prevenção de poluição na obra.

11.8 Os materiais remanescentes de serviços executados serão selecionados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo a CONTRATADA alocar o material aproveitável em área a ser definida pela CONTRATANTE e realizar o descarte dos rejeitos de acordo com a legislação pertinente e demais normas vigentes.

11.9 A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do projeto.

11.10 A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

12. SEGUROS E ACIDENTES

12.1 A CONTRATADA deverá fazer, por sua própria conta, o Seguro de Responsabilidade Civil.

12.2 O Seguro de Responsabilidade Civil deverá, obrigatoriamente cobrir o segurado por

responsabilidades civis pelas quais possa ser condenado: danos materiais, corporais, morais, custos e despesas causados a terceiros quando decorrente de riscos contratados na apólice.

12.3 Os comprovantes de pagamento do(s) seguro(s) deverá (ão) ser apresentado(s) na ocasião da emissão da primeira fatura/nota fiscal, nas condições estabelecidas no Edital.

12.4 Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução da obra, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados à obra, ainda que ocorridos fora do canteiro, em quaisquer tipos de situações.

12.5 A CONTRATADA não poderá retardar ou suspender serviços, com base em demora no pagamento da indenização por parte da companhia de seguros.

12.6 A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo equipamento de proteção individual e coletiva necessários para o desempenho de cada atividade específica, a todos os que trabalham ou permaneçam em área de risco, sendo responsável pela orientação e FISCALIZAÇÃO da utilização destes.

12.7 A CONTRATADA deverá também, fornecer protetor solar aos empregados expostos ao sol na execução das obras e serviços, conforme art. 2º, § 1º, inciso I da Lei Nº 4.182 de 21 de julho de 2008 e NR 06 do Ministério do Trabalho.

12.8 A CONTRATADA deverá atender à Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho:

Art. 162 - As empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (SESMET)

Art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras nelas especificadas.

12.9 A CONTRATADA deverá atender a todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aprovadas, em especial:

NR-4 - O dimensionamento do SESMET vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento constantes dos Quadros I e II desta norma. (aplicado somente para empresas que possuam acima de 100 empregados).

NR-5 - A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma. (Aplicado somente às empresas que para execução do contrato, necessitem dispor de mais de 20 de seus empregados).

NR-06 que trata de Equipamentos de Proteção Individual

NR 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO

NR-10 que trata da Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

NR-18 que trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

NR-35 que trata da realização de Trabalho em Altura.

12.10 Caberá à CONTRATADA manter no local de execução dos serviços, material necessário à prestação de primeiros socorros, guardado em local adequado, e aos cuidados de pessoas treinadas para manipulá-los, conforme disciplina a NR 07 do Ministério do Trabalho.

12.11 A CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras os equipamentos de proteção contra incêndio na forma da legislação e demais normas vigentes.

12.12 A CONTRATADA deverá providenciar, às próprias custas, a execução de toda a sinalização, inclusive viária, e isolamento das frentes de serviço visando à segurança dos usuários do local e de transeuntes, de acordo com as normas do DETRAN/DF, ficando responsável por qualquer acidente que porventura venha a ocorrer por falta ou deficiência de sinalização.

12.13 A CONTRATADA deverá tomar todas as medidas que se fizerem necessárias com vistas à total segurança de terceiros, construindo tapumes e sinalizando a obra, em conformidade com as Normas de Segurança do Trabalho.

12.14 A CONTRATADA deverá cuidar para que os profissionais, das equipes residentes e outros que venham a prestar serviços na obra, se apresentem devidamente identificados (crachá da empresa) e uniformizados, devendo fornecer-lhes uniformes completos, dentro dos padrões de eficiência e higiene e equipamentos de proteção individual em atendimento à NR 06, inclusive calçados apropriados a cada ofício.

12.15 A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, à FISCALIZAÇÃO o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de seus empregados, e as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e obras, em atendimento aos princípios e disposições da NR 07 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.

12.16 A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais.

13. ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO

13.1 A CONTRATANTE designará engenheiro e/ou arquiteto devidamente credenciado junto à CONTRATADA, com autoridade para exercer em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e FISCALIZAÇÃO dos serviços contratados.

13.2 As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações, normas técnicas e em regras práticas construtivas, atendendo-se ao disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

13.3 A CONTRATADA se comprometerá a dar à FISCALIZAÇÃO, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários à execução da obra e serviços.

13.4 À FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de:

13.4.1 Solicitar Livro de Ordem ou Diário de Obras, conforme modelo fornecido pelo CONTRATANTE, devidamente preenchido na obra.

13.4.2 Solicitar a retirada imediata da obra, de engenheiro, mestre ou qualquer operário que não corresponda técnica ou disciplinarmente às exigências da FISCALIZAÇÃO. A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do Contrato.

13.4.3 Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações.

13.4.4 Ordenar a suspensão dos serviços, no caso de não ser atendida qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação. A efetivação desta medida não implicará em qualquer indenização ou em prejuízo das penalidades a que ficar sujeita à CONTRATADA.

13.4.5 Todas as Ordens de Serviço ou quaisquer comunicações da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA, ou vice-versa, serão registradas no Livro de Ordem ou Diário de Obras, podendo ainda ser transmitidas por Carta, devidamente numerada e em duas vias, uma das quais ficará em poder da CONTRATADA e a outra com a CONTRATANTE.

13.5 No Livro de Ordem ou Diário de Obras deverão constar as anotações:

13.5.1 Pela CONTRATADA:

13.5.1.1 Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos.

13.5.1.2 Efetivos diários de operários existentes.

13.5.1.3 Datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado.

13.5.1.4 Medições das etapas de obras e respectivos valores a serem faturados.

13.5.1.5 Consultas à FISCALIZAÇÃO.

13.5.1.6 Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO.

13.5.1.7 Acidentes ocorridos na execução da obra.

13.5.1.8 Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra.

13.5.1.9 Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água.

13.5.1.10 Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.

13.5.2 Pela FISCALIZAÇÃO:

13.5.2.1 Preenchimento dos cabeçalhos.

13.5.2.2 Aprovação das medições para faturamento.

13.5.2.3 Juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas.

13.5.2.4 Observações relativas aos registros efetuados pela CONTRATADA no Livro de Ordem ou Diário de Obras.

13.5.2.5 Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA.

13.5.2.6 Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe.

13.5.2.7 Determinação de providências para cumprimento dos termos do Contrato, dos projetos e especificações.

13.5.2.8 Atestado da veracidade dos registros apontados pela CONTRATADA no Livro de Ordem ou Diário de Obras.

13.5.2.9 Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO.

13.6 Preferencialmente, o Livro de Ordem ou Diário de Obras, a ser entregue à FISCALIZAÇÃO, será preenchido em meio magnético, podendo constar fotografias da obra para melhor registrar as ocorrências. Neste caso, deverá ser impresso diariamente e devidamente assinado pelas partes, e mantido na obra.

13.7 A CONTRATADA deverá fornecer e manter no local da obra o Livro de Ordem ou Diário de Obras, preenchido diariamente com as anotações relatadas em epígrafe, onde serão obrigatoriamente registradas em no mínimo duas vias, com cabeçalhos devidamente preenchidos com as folhas numeradas sequencialmente.

13.8 A CONTRATADA se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária para imprimir andamento conveniente aos trabalhos, visando a perfeita execução e completo acabamento da obra.

13.9 A CONTRATADA deverá manter à disposição da obra, profissionais legalmente habilitados, em período integral, além de auxiliares de comprovada competência.

13.10 Caberá à CONTRATADA providenciar pessoal especializado para obtenção do acabamento desejado, bem como perfeita vigilância nos locais de execução das obras até sua entrega provisória.

13.11 A CONTRATADA deverá providenciar, sempre que solicitado, e às suas custas, realização de todos os ensaios, verificações e prova de materiais fornecidos e de serviços executados, fornecimento de protótipos, bem como os reparos que se tomem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

13.12 Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, reparar quaisquer elementos que porventura sejam danificados em decorrência dos serviços especificados.

13.13 A CONTRATADA deverá manter no escritório da obra, em ordem, cópias de todos os projetos, detalhes, especificações, outras licenças e autorizações.

13.14 A CONTRATADA será responsável pela execução do canteiro de obras de acordo com o Código de Obras e Edificações e as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

13.15 A CONTRATADA será responsável por todas as instalações preliminares relacionadas à limpeza de terreno, fornecimento de água e luz, transporte, local para depósito de material e outros serviços que se fizerem necessários à plena execução da obra.

13.16 A CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO os esclarecimentos e/ou documentos necessários à elaboração de relatórios, inclusive aqueles exigidos pelo art. 41 do Decreto Distrital nº 32.598/2010.

14. EQUIPAMENTO MECÂNICO, FERRAMENTAL E MÃO DE OBRA

14.1 Caberá à CONTRATADA o fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade do ferramental, de mão de obra, de máquinas e de aparelhos, inclusive sua manutenção, substituição, reparo e seguro, visando o andamento satisfatório da obra e a sua conclusão no prazo fixado em Contrato.

15. MATERIAIS EMPREGADOS NA OBRA

15.1 A CONTRATADA deverá empregar na obra materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade e que satisfaçam rigorosamente às condições estipuladas pelas normas da ABNT e pelas especificações.

15.2 A CONTRATADA deverá submeter à apreciação e aprovação da FISCALIZAÇÃO cada lote ou partida de material, por averiguações do próprio material ou de catálogos técnicos, e outros meios.

15.3 As amostras e/ou catálogos técnicos referentes aos materiais propostos pela CONTRATADA deverão ser:

15.3.1 Submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO, preferencialmente, mediante prévia consulta ao autor do projeto.

15.3.2 Autenticados por ambos e pelo Responsável Técnico da obra.

15.3.3 Conservados no canteiro de obras até a conclusão da obra, de forma a facultar em qualquer tempo a verificação de sua perfeita correspondência com materiais fornecidos ou já empregados.

16. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 Compete à CONTRATADA a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à conclusão e perfeito funcionamento do objeto da contratação, mesmo quando os Projetos e/ou suas Especificações Técnicas apresentarem dúvidas ou omissões que possam trazer embaraços ao seu perfeito cumprimento.

16.2 A execução da obra obedecerá às normas e métodos previstos na **ABNT**, considerando-se as indicações contidas nos projetos, nos detalhes e nas especificações.

16.3 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por:

16.3.1 Falta de execução dos serviços contratados.

16.3.2 Falta de segurança e perfeição dos serviços realizados e sua consequente demolição e reconstrução solicitada pela FISCALIZAÇÃO e pelo Autor do projeto.

16.3.3 Danos causados diretamente ou indiretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ainda que resultante de imperfeições técnicas e vícios redibitórios, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o com o Art. 76 da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

16.3.4 Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação ou norma específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados.

16.3.5 Transporte e deslocamento interno de todo o material necessário à execução dos serviços.

16.4 Para qualquer serviço mal executado, a FISCALIZAÇÃO se reservará o direito de modificar, mandar refazer, substituir da forma e com os materiais que melhor lhe convierem, sem que tal fato acarrete solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para conclusão da obra.

16.5 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme disposto no Art. 76 da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

17.1 As formas, condições e prazos dos pagamentos serão efetuados conforme descrito neste item, bem como o que for estabelecido no Edital, no Contrato, que deverão ser compatíveis com o Convênio estabelecido entre a CONTRATANTE e o órgão CONVENIENTE.

17.2 No caso de contratação sob o regime de execução de Empreitada por preço global ou Contratação Semi-integrada, a FISCALIZAÇÃO deverá verificar e aprovar a execução e a qualidade dos serviços de acordo com as etapas do Cronograma Físico-Financeiro.

17.2.1 Após a verificação do **cumprimento integral da etapa do Cronograma Físico-Financeiro**, a FISCALIZAÇÃO autorizará a emissão de fatura/nota fiscal, emitirá o Relatório Circunstanciado de Execução de Contrato e encaminhará processo administrativo para liquidação e pagamento.

17.3 No caso de contratação sob o regime de execução Empreitada por preço unitário deverá ser apresentado “Boletim de Medição” pela CONTRATADA, contendo as medições quantitativas dos serviços, tendo como pré-requisitos a qualidade da execução e a compatibilidade com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado.

17.3.1 O “Boletim de Medição” deverá ser submetido à análise e aprovação da FISCALIZAÇÃO, que autorizará a emissão de fatura/nota fiscal, emitirá o Relatório Circunstanciado de Execução de Contrato e encaminhará processo administrativo para liquidação e pagamento.

17.3.2 Os critérios de medição dos serviços deverão estar condizentes com as respectivas unidades de medida, constantes nas Planilhas Orçamentárias Contratuais.

17.4 A emissão de fatura/nota fiscal está condicionada a autorização expressa da FISCALIZAÇÃO e apresentação da documentação completa prevista no Edital e/ou no Contrato, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

17.5 Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA fica autorizada a emitir fatura/nota fiscal da última etapa do Cronograma Físico-Financeiro, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

17.6 Não será pago material posto obra.

17.7 Para fins de reajustamento do Contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

17.7.1 Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

17.7.2 A Contratada fará jus a reajustamento contratual sempre que o prazo de execução superar 12 meses, nos termos da Lei nº 10.192/2001, automaticamente, aplicando-se o índice abaixo especificado.

17.7.3 Em contrato com duração estimada inferior a 12 meses, que, por ventura, venham, justificadamente, a ultrapassar o período inicialmente estimado, a CONTRATADA fará jus a reajustamento, desde que a extensão no prazo de execução não tenha sido motivada por ações da CONTRATADA.

17.7.4 Em caso de reajustamento contratual, o marco inicial para contagem do período de 12 meses se dará a partir da data limite de apresentação de proposta pela licitante.

17.7.5 A concessão de reajuste contratual de itens acrescidos ao contrato demanda a deflação dos preços desde a época da cotação até a data-base original do contrato, a partir da qual serão reajustados pelos mesmos índices setoriais aplicados na deflação. Os itens acrescidos serão reajustados anualmente a partir da data da sua cotação.

17.7.6 Para efeito de reajuste do futuro contrato, deverá ser adotado o seguinte índice: Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna 18, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

18. ALTERAÇÕES NO PROJETO EXECUTIVO

18.1 Fica vetado à CONTRATADA o atendimento a qualquer solicitação de modificação, durante a execução da obra, proveniente de pessoas não autorizadas.

18.2 Serão admitidos acréscimos e supressões, desde que esteja de acordo com a Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

18.3 Após a assinatura do Contrato, toda e qualquer sugestão da CONTRATADA visando modificar o projeto, especificações de materiais, quantidades ou substituição de serviços deverá ser encaminhada à FISCALIZAÇÃO por Carta emitida em 02 (duas) vias, ao mesmo tempo em que deverá fornecer:

18.3.1 Justificativa técnica e comercial as alterações propostas;

18.3.2 Documentos comprovando a impossibilidade do fornecimento do material especificado por parte do fabricante; se for o caso;

18.3.3 Composição de custos dos serviços novos, nos termos previstos em Edital;

18.3.4 Coleta de preços de insumo não previsto na planilha contratual, apresentando propostas de três fornecedores;

18.3.5 Documentos de análise técnica dos materiais por entidades reconhecidas no mercado, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

18.4 No caso de elaboração de Projeto Executivo pela Contratada, deverão ser seguidas as premissas do Projeto Básico, bem como realizada consulta ao respectivo autor. Em caso de alterações, essas deverão atender os requisitos estabelecidos no item 18.3 deste Termo de Referência.

19. CAPACIDADE TÉCNICA E SUBCONTRATAÇÃO

19.1 A PROPONENTE deverá comprovar sua Capacidade Operativa de acordo com o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO	4.532,84 m²	2.266,42 m²

19.2 Os quantitativos exigidos para comprovação de capacidade operativa da PROPONENTE representam no mínimo **50% (cinquenta por cento)** das quantidades orçadas.

19.3 Nesta obra não será permitido qualquer tipo de subcontratação ou subempreita dos serviços adjudicados a CONTRATADA.

19.3 Quando houver, a subcontratação estará condicionada a:

19.3.1 A prévia autorização e aprovação pela CONTRATANTE.

19.3.2 A apresentação do Contrato celebrado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA, previamente submetido à FISCALIZAÇÃO.

19.3.2 A comprovação pela CONTRATADA da habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e outras da SUBCONTRATADA, conforme segue:

19.3.2.1 Habilitação jurídica, mediante a apresentação de documentação nos mesmos termos exigidos às Proponentes no Edital, em caso de licitação, ou na Carta de solicitação de proposta emitida pela Diretoria de Urbanização, em caso de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação.

19.3.2.2 Qualificação técnica, mediante a apresentação de atestado/certidão para comprovação da capacidade operativa da SUBCONTRATADA, conforme tabela do item 19.2.

19.3.2.3 Regularidade Fiscal e trabalhista, mediante a apresentação de documentação nos termos exigidos às Proponentes no Edital, em caso de licitação, ou na Carta de solicitação de proposta emitida pela Diretoria de Urbanização, em caso de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação.

19.3.2.4 Cumprimento ao Inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, com apresentação de declaração, conforme modelo fornecido, e nos termos exigidos às Proponentes no Edital, em caso de licitação, ou na Carta de solicitação de proposta emitida pela Diretoria de Urbanização, em caso de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação, de que não contratará, durante o período da execução dos serviços, menores de 16 (dezesseis) anos, bem como não determinará trabalhos em período noturno, perigosos ou insalubres a funcionários menores de 18 (dezoito) anos.

19.3.2.5 O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) para comprovação de qualificação técnica esteja(m) em nome da própria SUBCONTRATADA, e seja fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

19.3.2.6 O atendimento à Decisão Normativa nº 02/2012, de 30 de outubro de 2012, publicado no DODF de 12 de novembro de 2012, que adota entendimento para análise da regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros nas licitações públicas pelos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

19.4 Após a aprovação pela CONTRATANTE no que se refere à subcontratação, somente serão iniciados os serviços subcontratados quando for apresentado a ART e/ou RRT da SUBCONTRATADA.

19.5 A responsabilidade perante a CONTRATANTE sobre os serviços retromencionados não será transferida aos subcontratados, devendo a CONTRATADA responder exclusiva e diretamente pela fiel observância das obrigações contratuais.

19.5.1 A CONTRATADA é responsável por fiscalizar todos os trabalhos executados pelos subcontratados, devendo ser obedecido **todas as orientações** deste Termo de Referência, normas da ABNT e demais legislações e normas vigentes, promovendo o treinamento de pessoal quando necessário.

19.5.2 A CONTRATADA deverá treinar e alertar seus subcontratados quanto às premissas de sustentabilidade de forma a garantir que atenda as metas estabelecidas pela CONTRATANTE.

19.6 É vedada a subcontratação para empresa ou consórcio que tenha participado direta ou indiretamente da elaboração dos projetos básico e executivo ou que tenha participado do processo licitatório do qual se originou a contratação.

20. PENALIDADES

20.1 As multas por infrações de cláusulas contratuais quer quanto ao montante, quer quanto ao modo de cobrança, são estabelecidas no Edital e/ou no Contrato e/ou na Matriz de Riscos, obedecendo ao disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

20.2 Constarão no Contrato e/ou na Matriz de Riscos os casos de rescisão do mesmo e outras obrigações a assumir neste particular.

21. RECURSOS E ARBITRAGENS

21.1 A CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CONTRATANTE para obter decisões superiores, caso se sinta prejudicada, quanto a qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos nas especificações técnicas, nos desenhos de projetos e detalhes inerentes a cada obra e/ou serviço ou no Contrato de que faz parte.

22. RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA OBRA

22.1 O recebimento provisório da obra será feito após sua conclusão por meio de termo circunstanciado devidamente assinado pelas partes, contendo a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, mediante as seguintes condições:

22.1.1 A pedido da CONTRATADA, até o último dia do prazo de execução da obra.

22.1.2 Pelo Fiscal, ou na ausência deste pelo chefe da FISCALIZAÇÃO, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação escrita da CONTRATADA, devidamente protocolada junto à CONTRATANTE, comprovando-se a adequação do objeto aos termos contratuais.

22.1.3 Após comprovação da conformidade da obra com o projeto e especificações.

22.1.4 Após teste e aprovação de acordo com as especificações do projeto, de todas as instalações, impermeabilizações e outros serviços executados na obra, comprovando estarem em perfeitas condições de uso e funcionamento e em conformidade com as legislações e normas vigentes.

22.1.5 Após vistoria na qual **não se encontrem defeitos e/ou imperfeições em todo o conjunto da obra.**

22.1.6 Após entrega pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO, de:

22.1.6.1 Projeto executivo em nível de *As Built*, em formato AutoCad - versão 2012 “.dwg” e em papel sulfite, **impressas e assinadas** pelos respectivos autores.

22.1.6.2 Arquivos eletrônicos em formato “.pdf” gerados a partir da digitalização de todas as pranchas impressas e assinadas referidas no subitem 22.1.6.1.

22.1.6.3 Memorial Descritivo da obra executada.

22.1.6.4 Termo de responsabilidade da obra impresso, assinado e digitalizado em arquivo eletrônico formato “.pdf”, **a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo**, que ateste a solidez e a segurança do trabalho executado, conforme o Código Civil – Lei nº 10.406/2002, Lei 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e Orientações Técnicas do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, em especial:

Código Civil

Art. 618 - Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias ao aparecimento do vício ou defeito.

OT-IBR 003/2011

4.4 - A responsabilidade por defeitos precoces nas obras atinge também os projetistas ou empresas de consultoria, por falhas ou omissões nos projetos, ainda que estes tenham sido recebidos e aprovados pela Administração Pública.

22.1.6.5 Mídia devidamente identificada contendo os arquivos eletrônicos descritos nos subitens 22.1.6.1, 22.1.6.2, 22.1.6.3 e 22.1.6.4. Não serão aceitos arquivos compactados.

22.2 Deverá ser emitido Laudo de Vistoria pela FISCALIZAÇÃO na ocorrência de serviços não cumpridos satisfatoriamente, estabelecendo prazo para correções a serem realizadas pela CONTRATADA e encaminhado para ciência da Direção da CONTRATANTE e da CONTRATADA.

22.3 Concluída a obra, **caso a CONTRATADA não solicite seu recebimento** a FISCALIZAÇÃO deverá vistoriar a obra e emitir Laudo de Vistoria, relacionando as pendências por ventura existentes e comunicar a Direção da CONTRATANTE e da CONTRATADA para fins de cumprimento pela CONTRATADA.

22.4 Caso não sejam cumpridas as pendências apontadas no Laudo de Vistoria no prazo estabelecido pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas as multas em conformidade com o Edital, o Contrato e/ou a Matriz de Riscos.

22.5 Somente poderá ser lavrado o Termo de Recebimento Provisório após a CONTRATADA cumprir com a resolução de todas as pendências apontadas pela FISCALIZAÇÃO, independentemente da aplicação de multas previstas no Edital, no Contrato e/ou na Matriz de Riscos.

22.6 A FISCALIZAÇÃO continuará responsável pelo acompanhamento da obra até o vencimento dos prazos legais.

23. RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA

23.1 O recebimento definitivo da obra será feito por meio de termo circunstanciado devidamente assinado pelas partes, após verificado o Termo de Recebimento Provisório, mediante as seguintes condições:

23.1.1 Quando a CONTRATADA cumprir com todas as obrigações contratuais e inexistir qualquer pendência apontada pela FISCALIZAÇÃO.

23.1.2 Em até 90 (noventa) dias corridos, a contar da lavratura do Termo do Recebimento Provisório, **salvo em casos excepcionais**, devidamente justificados e previstos no Edital.

23.1.3 Por Gestor do Contrato ou Comissão designada pela autoridade competente, ou conforme definido no Convênio ou Termo de Cooperação Técnica, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto ao contrato e Edital.

23.1.3.1 Ficará a cargo do Gestor do Contrato ou da Comissão designada pela autoridade competente, conferir e atestar toda a documentação entregue pela CONTRATADA e outras que se fizerem necessárias ao recebimento definitivo.

23.2 Caso sejam detectados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a **COMISSÃO** emitirá o Laudo de Vistoria no qual constarão as exigências e prazo para sua execução.

23.3 A partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido o compromisso da CONTRATADA com o cumprimento do prazo irredutível de 5 (cinco) anos, mencionados no Art. 618 Caput e parágrafo único do Código Civil – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

23.4 Em se tratando de obra de recuperação e/ou reforma geral e/ou de conclusão de obra inacabada, a CONTRATADA passará também a assumir o referido compromisso a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ainda que não tenha sido responsável pela construção inicial da obra.

23.5 Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA fica autorizada a emitir fatura/nota fiscal da última etapa do Cronograma Físico-Financeiro e requerer a liberação de caução e os respectivos reforços que tiver depositado em favor da CONTRATANTE, conforme estabelecido em Contrato e de acordo com o **Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP**.

23.6 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional por sua perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 13.303/2016, **Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP** ou pelo contrato.

23.7 O recebimento do objeto do contrato poderá ser dispensado nas hipóteses em que não se fizer necessário ou impossível de ser realizado, conforme **Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP**.

24. BIBLIOGRAFIA

JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à lei de licitações e contratos administrativos/Marçal Justen Filho. – 15. Ed. – São Paulo: Dialética, 2012.

ALTOUNIAN, Cláudio Sarian, *Obras públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização*: (Legislação, decretos, jurisprudência e orientações normativas atualizados até 30 dez. 2011). 3.ed.rev.atual.e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 415 p. ISBN 978-85-7700-533-8.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (acesso em: 28/05/2019).

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm (acesso em: 28/05/2019).

BRASIL, Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm (acesso em: 28/05/2019).

DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 4.182, de 21 de julho de 2008. Institui a política de prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar no trabalho. Disponibilizado em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6790399/pg-19-secao-01-diario-oficial-do-distrito-federal-dodf-de-23-07-2008> (acesso em 28/05/2019).

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13303.htm (acesso em 28/05/2019).

TCDF. Decisão Normativa nº 02/2012. Adota entendimento para análise da regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros nas licitações públicas pelos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal. De 30 de outubro de 2012. Disponibilizado em: https://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/72774/Decis_o_Normativa_2_30_10_2012.html (acesso em: 28/05/2019).

CONAMA. Resoluções publicados no DOU. Disponibilizado em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano.cfm?codlegitipo=3> (acesso em 28/05/2019).

CONFEA. Resolução nº 361, de 10 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Disponibilizado em: <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=409> (acesso em: 28/05/2019).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Unidade de Administração Geral. Cartilha do Executor de Contrato / Unidade de Administração Geral – Brasília: SEPLAG, 2010. Revisada. 62p. 1. Execução de Contrato. I. Título Disponibilizado em: http://www.seplag.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf (acesso em 28/05/2019).

Decreto Distrital nº 32.598/2010. Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66829/exec_dec_32598_2010.html (acesso em: 28/05/2019).

Resolução Nº 1.024, de 21 de agosto de 2009. Dispõe sobre a adoção, em caráter facultativo, do Livro de Ordem de obras e serviços de Engenharia, Agronomia, Geografia, Geologia, Meteorologia e demais profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea. Disponibilizado em: <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=43000&Numero=> (acesso em 28/05/2019).

IBRAOP, Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas. Orientação Técnica OT - IBR 002/2009

Obra e Serviço de Engenharia. Disponibilizado em: <http://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2013/06/OT-IBR-02-2009-Ibraop-01-07-10.pdf> (acesso em 28/05/2019).

TCU, Tribunal de Contas da União. Acórdão Nº 2622/2013 – TCU – Plenário. Disponibilizado em: <http://licitacoes.ufsc.br/files/2014/10/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-2622-2013-BDI.pdf> (acesso em 28/05/2019).

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - Instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da instrução nº 361, de 12 de dezembro de 2017, acolhido pela diretoria executiva na sessão extraordinária nº 4.367ª, realizada em 26 de junho de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.471ª reunião ordinária realizada em 27 de junho de 2018. Disponibilizado em: http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/REGULAMENTO_DE_LICITACOES_E_CONTRATOS.pdf (acesso em 28/05/2019).

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 6.138 de 26 de abril de 2018, que institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal. Disponibilizado em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/94156cc83d524f1ba6d0c0555ec9cd9d/Lei_6138_26_04_2018.html (acesso em 28/05/2019).

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 39.272 de 2 de agosto de 2018, que regulamenta a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal. Disponibilizado em: http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/f680eff74f924704aaa20f1be76aef35/Decreto_39272_02_08_2018.html (acesso em 28/05/2019).

FOREGON – GLOSSÁRIO - <https://www.foregon.com/glossario/302/encargos-sociais> (acesso em 28/05/2019).

25. MATRIZ DE RISCOS

NATUREZA DO RISCO	Nº	RISCO (DESCRIÇÃO)	RESPONSABILIDADE	CAUSA(S)	IMPACTO	MEDIDA MITIGATÓRIA
CONTÁBIL	1	Alteração na alíquota de impostos	Administração Pública	1. Alteração na Legislação	1. Variação no custo (para mais ou para menos)	1. Aditivo contratual.
FINANCEIRA	2	Atraso no pagamento de faturas	Administração Pública	1. Indisponibilidade de recursos financeiros	1. Atraso no prazo inicial e/ou de execução dos serviços; 2. Alteração no fluxo de caixa da Contratada	1. Pagamento de correção monetária nas faturas pendentes.
	3	Reajustamento contratual	Administração Pública	1. Prazo de execução superar 12 meses, desde que tal extensão de prazo não tenha sido motivada por ações da CONTRATADA	1. Variação no custo (para mais)	1. Reserva de recursos para fazer jus ao reajuste contratual
JURÍDICA	4	Caso fortuito ou força maior (fatos ou eventos imprevisíveis ou de difícil previsão, que não podem ser evitados, mas que provocam consequências ou efeitos para outras pessoas)	Contratada	1. Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior, tais como: enxurradas, escorregamentos, desabamentos e perdas de escoramento.	1. Aumento do custo; 2. Atraso na obra.	1. Seguro de Responsabilidade Civil, com cobertura adicional.
	5	Serviços executados e impedidos de pagamento	Contratada	1. Falta de apresentação de documentos exigidos para faturamento; 2. Má gestão da empresa Contratada; 3. Atuação da Contratada sem emissão de empenho pela Contratante.	1. Alterações no fluxo de caixa da Contratada; 2. Atraso na obra.	1. Melhoria na gestão da empresa.
	6	Falta de emissão do Termo de Recebimento Definitivo no prazo estabelecido pela Lei 13.303/2016 e	Contratada	1. Não cumprimento das exigências/reparos/correções apontados pela Fiscalização ou Comissão; 2. Não apresentação, pela	1. Não liberação da garantia contratual	1. Cláusula contratual específica que estabeleça a responsabilidade da empresa contratada, com previsão de sanções,

		pelo Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP		Contratada dos documentos exigidos para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	Garantia contratual	oneração da garantia contratual prestada até a regularização da situação de recebimento definitivo.
PESSOAL	7	Acidentes de trabalho no canteiro de obras e nos locais de execução dos serviços	Contratada	1. Falta de treinamento da mão de obra; 2. Utilização de mão de obra não qualificada; 3. Não utilização de equipamentos de segurança exigidos pela legislação vigente 4. Negligência da mão de obra; 5. Má gestão.	1. Atraso no prazo de execução da obra, devido a retrabalhos não remunerados pela Contratante; 2. Indenizações trabalhistas a serem pagas pela empresa Contratada.	1. Controle rigoroso de segurança do trabalho, treinamentos adequados da mão de obra pela Contratada; 2. Seguro de Responsabilidade Civil, com cobertura adicional; 3. Cláusula contratual específica que estabeleça as responsabilidades da empresa Contratada;
	8	Acidentes com terceiros, nos locais de execução dos serviços	Contratada	1. Negligência, imprudência e/ou imperícia da empresa Contratada.	1. Atraso no prazo de execução dos serviços; 2. Indenização a terceiros.	1. Seguro de Responsabilidade Civil; 2. Cláusula contratual específica que estabeleça as responsabilidades da empresa Contratada.
	9	Modificações das especificações de serviços e/ou insumos	Contratante	1. Solicitação de modificações nas especificações técnicas pela Administração Pública; 2. Insumos, equipamentos ou de mão de obra indisponíveis no mercado, justificando tais modificações; 3. Modificações em normas/Especificações técnicas.	1. Atrasos no prazo de execução da obra; 2. Alteração nos custos inicialmente previstos.	1. Aditivos contratuais devido às modificações de preço e/ou prazo.
	10	Interferência com rede de concessionária identificada somente "in loco"	Administração Pública	1. Falta de cadastramento atualizado das redes das Concessionárias.	1. Alteração de prazo de execução; 2. Necessidade de adequação/alteração do projeto.	1. Aditivos contratuais devido às modificações de preço e/ou prazo.
	11	Ocorrência de danos ambientais	Contratada	1. Má gestão da empresa Contratada.	1. Atraso no prazo de execução da obra; 2. Alteração nos custos inicialmente previstos.	1. Reparação imediata dos danos ambientais causados pela Contratada; 2. Pagamento de multa pela Contratada; 3. Aditivos contratuais de prazo, sem ônus para a Contratante.
						1. Recuperação do prazo pela empresa Contratada para

TÉCNICA	12	Não aceitação de insumos, pela Fiscalização da Contratante, a partir da apresentação dos laudos e/ou certificados de qualidade dos fabricantes	Contratada	1. Aquisição de insumos com características técnicas e/ou controle de qualidade inadequados para a obra; 2. Não conformidade com as Normas/Especificações Técnicas	1. Atraso no prazo de execução da obra.	impedir atrasos no cronograma da obra; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante; 3. Gestão da empresa Contratada.
	13	Aquisição de insumos e/ou equipamentos em prazos exíguos	Contratada	1. Má gestão da contratada	1. Atraso no prazo de execução dos serviços.	1. Recuperação do prazo pela empresa Contrata para impedir atrasos no cronograma da obra; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante;
	14	Obsolescência técnica e deficiência de equipamentos	Contratada	1. Incapacidade operacional da empresa Contratada	1. Não obtenção do nível de qualidade adequado à obra; 2. Retrabalhos pela empresa Contratada, não remunerados pela Contratante; 3. Atraso no prazo de execução da obra.	1. Recuperação do prazo, pela empresa Contratada, para impedir atrasos na execução dos serviços; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante;
	15	Não aceitação de controle tecnológico, pela NOVACAP	Contratada	1. Inobservância às Normas/Especificações Técnicas; 2. Utilização de mão de obra e/ou equipamentos inadequados	1. Retrabalhos pela empresa Contratada, não remunerados pela Contratante; 2. Atrasos no prazo de execução da obra.	1. Recuperação do prazo pela empresa Contratada; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante.
	16	Não aceitação (pela NOVACAP) de serviços executados pela Contratada	Contratada	1. Inobservância às Normas Técnicas; 2. Utilização de mão de obra e/ou equipamentos inadequados	1. Retrabalhos pela empresa Contratada, não remunerados pela Contratante; 2. Atraso no prazo de execução dos serviços.	1. Recuperação do prazo pela empresa Contratada; 2. Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante;
TÉCNICA	17	Proposição de inovação metodológica/tecnológica em consonância com os objetivos do objeto	Contratada	1. Atualização do mercado	1. Melhoria da qualidade; 2. Possível variação no custo e no prazo inicial estimado.	1. Ajuste contratual sem ônus de prazo e valor à Contratante.
	18	Ocorrência de intempéries que possam prejudicar a continuidade da prestação dos serviços	Contratada	1. Chuvas, ventanias, umidade relativa do ar, comprovadamente impróprios para a execução de trabalhos em campo	1. Atrasos no prazo de execução dos serviços à revelia da Contratante.	1. Previsão das ocorrências no planejamento da execução dos serviços, com base em dados estatísticos.
	19	Perda de insumos	Contratada	1. Má gestão da contratada	1. Atraso no prazo de execução dos serviços à revelia da Contratante.	1. Manter controle de qualidade da execução dos serviços.

	20	Deficiência de mão de obra, tanto de capacidade, quanto em qualidade	Contratada	1. Má gestão da contratada	1. Atraso no prazo de execução dos serviços à revelia da Contratante	1. Gestão da empresa.
--	----	--	------------	----------------------------	--	-----------------------

Elaborado por:

Engº Rodrigo Saldanha Gomes Cazzola

Matrícula: 973.292-6

SEPROJ/DIPROJDEINFRA/DU

De acordo com as informações deste Termo de Referência:

Engº Márcio Francisco Costa

CHEFE DO DEINFRA/DU

Matrícula: 973.311-6

Aprovado por

Engº Luciano Carvalho de Oliveira

DIRETOR DE URBANIZAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO SALDANHA GOMES CAZZOLA - Matr.0973292-6, Engenheiro(a) Civil**, em 13/08/2019, às 14:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA Mat - 973.386-8, Diretor(a) de Urbanização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 13/08/2019, às 17:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO FRANCISCO COSTA - Matr.0973388-4, Chefe do Departamento de Infraestrutura Urbana**, em 13/08/2019, às 18:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= 26524374 código CRC= 28A8E910.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2469